**FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA**
CURSO DE PEDAGOGIA

**ANTONIA MARA PORTELA COSTA**
**JOSELINA OLIVEIRA CHAVES SEREJO**
**MARIA DO SOCORRO RÊGO FERREIRA**

# A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA ESCOLA ANJO DA GUARDA

Chapadinha

2017

**ANTONIA MARA PORTELA COSTA**
**JOSELINA OLIVEIRA CHAVES SEREJO**
**MARIA DO SOCORRO RÊGO FERREIRA**

# A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA ESCOLA ANJO DA GUARDA

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), para obtenção do grau de Licenciadas em Pedagogia.

Orientadora: Profª Nívia Maria Silva Bastos

Chapadinha

2017

**ANTONIA MARA PORTELA COSTA**
**JOSELINA OLIVEIRA CHAVES SEREJO**
**MARIA DO SOCORRO RÊGO FERREIRA**

# A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA ESCOLA ANJO DA GUARDA

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba- FAP, para obtenção do grau de Licenciadas em Pedagogia.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

_____

**Profª Nívia Maria Silva Bastos especialista em Docência do Ensino superior**
(Orientadora)

Faculdade do Baixo Parnaíba

_____

**(1° Examinador)**

_____

**(2° Examinador)**

Aos nossos familiares e amigos, por estarem sempre nos fortalecendo com uma palavra de apoio e sempre prontos para nos encorajar nos momentos difíceis de nossas vidas. Por serem o porto seguro e base para nos apoiar sempre. Por manterem viva a chama da esperança e da confiança em nossos corações.

# AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela fé e pela vida, por esta oportunidade de estar concluindo este trabalho. À Nossa Virgem Maria por ter me sustentado e iluminado nesta longa caminhada.

Aos meus pais, Maria Lúcia e Antônio Ferreira, por todo amor, carinho, e por me fazerem acreditar que a Educação é o bem mais precioso que podemos ter.

Aos meus irmãos, pelas palavras de incentivo, pelo apoio, pela ajuda nas horas que necessitei para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço a Tí, meu Deus, pelo melhor presente que me destes, a minha filha Emilly Yasmim, razão da minha vida. Hoje, é por ela que me renovo a cada dia, minha fonte de inspiração que ilumina meus pensamentos, me encorajando e me desafiando a ser cada dia melhor.

E a você, Francyspaulo, o que devo dizer? Obrigada pelo marido que és, pelo companheiro e amigo que você tem sido em minha vida. Obrigada por entender os momentos em que precisei estar ausente. Agradeço-te pela paciência e, principalmente, pelo amor que tens por mim e por nossa filha. Essa conquista não é apenas minha, mas também sua. Você que sempre me encorajou a seguir adiante com este objetivo.

À minha tia Oneide e à minha cunhada Lindinalva, por se fazerem presentes na vida de minha filha nos momentos em que fora necessário me ausentar. A todos vocês o meu muito obrigada!

Às minhas colegas de pesquisa, Joselina e Socorro, por todos os momentos que passamos juntas durante estes anos, por cada superação que vivemos uma ao lado da outra.

Sem esquecer do Dr. Calado Neto, pelo tempo de hospedagem em sua casa, que sempre estava disposto a nos ajudar.

Á professora e orientadora Nívia Bastos pela paciência e compreensão que teve conosco e por acreditar em nossa capacidade de concluir este trabalho, e aos demais professores por terem contribuído para a nossa formação, tanto profissional como pessoal.

Aos colegas de sala de aula, pelos momentos que vivenciamos juntos, pela compreensão e ajuda necessária nos momentos vividos durante esta longa caminhada. Obrigada a todos que se fizerem presentes neste momento de conquista em minha vida, por todas as palavras de incentivo. Enfim, a todos o meu muito obrigado!

ANTONIA MARA

Agradeço, acima de tudo, a Jeová Deus, fonte de toda força e perseverança para vencer os obstáculos. A toda minha família, especialmente à minha mãe, Maria das Neves, pelo apoio incondicional e incentivo durante essa e todas as etapas de minha vida.

Às minhas colegas Antonia Mara e Maria do Socorro pela parceria.

Aos professores, que foram indispensáveis para nossa formação profissional e aos que foram mais que professores, e sim amigos, parceiros, incentivadores e ficarão para sempre em minha memória.

Também gostaria de agradecer ao Dr. José Calado Neto pela hospitalidade, por não medir esforços para nos proporcionar conforto durante nossas viagens na busca dessa conquista para nos tornarmos grandes profissionais. E a querida professora Nívia Bastos por sempre acreditar em nossa capacidade. Por tudo, obrigada!

JOSELINA

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida e por ter me proporcionado chegar até aqui.

Ao meu Pai Francisco das Chagas Ferreira e à minha mãe Maria de Jesus da Silva Rêgo, por toda dedicação e paciência, o que contribuiu de maneira significativa para que eu pudesse ter um caminho mais fácil e prazeroso durante esses anos.

Aos meus irmãos e amigos pela força e incentivo nos momentos em que eu pensei em desistir desta graduação. Muito obrigada, de coração.

Agradeço aos professores que sempre estiveram dispostos a nos ajudarem e por contribuírem para um melhor aprendizado, em especial à minha professora e orientadora Nívia Bastos.

Agradeço também a FAP por ter me dado a chance e todas as ferramentas que me permitiram chegar hoje ao final deste curso de maneira satisfatória.

Às minhas colegas de monografia, Mara e Joselina, que colaboraram comigo por todo esse tempo.

Agradeço, de coração, aos colegas da minha turma de Pedagogia.

Agradeço também ao Dr. Calado pelo apoio de sua residência nas horas que mais precisei.

À minha primeira coordenadora Suzana, por ter me motivado a cursar Pedagogia na FAP.

Enfim, agradeço a todos que colaboraram comigo nesses períodos de longa jornada. A todos, o meu muito obrigada!

MARIA DO SOCORRO

Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida em sua plenitude, com liberdade, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos contemporizar soluções, mesmo que o preço a pagar seja bem alto, pois nunca será comparável ao valor do resgate de uma vida escolar marginalizada, de uma evasão, de uma criança estigmatizada sem motivos.

Tereza Mantoan

# RESUMO

O presente trabalho tem como tema a inclusão dos alunos com deficiência física no ensino regular. A referida pesquisa buscou investigar sobre as dimensões legais, pedagógicas e acessibilidade do deficiente físico na rede regular de ensino. Assim, como o acesso e a permanência deste nas classes comuns, visando responder se a escola está apta a receber essa demanda, uma vez que esta ação pode concretizar a escola inclusiva. Considera-se importante analisar o atendimento ao deficiente físico proporcionado pela escola no intuito de conhecer a qualidade dessa inclusão. Entende-se que oferecer um ensino de qualidade e para todos exige investimentos nas adaptações das escolas, na formação de professores, materiais pedagógicos adequados para atender a todos os alunos e políticas públicas que assegurem o direito dessas pessoas, sendo que esses aspectos são essenciais para tornar possível a inclusão do aluno com deficiência física na escola comum. Para responder às indagações, realizou-se uma pesquisa de campo de caráter qualitativa na Escola Anjo da Guarda, escola da Rede Pública Municipal de Buriti de Inácia Vaz, onde aplicou-se questionários para 01 (uma) professora, 01 (uma) gestora e 01 (uma) mãe de aluno, visando recolher informações necessárias para responder todos os questionamentos propostos na pesquisa. Os resultados apontam que a inclusão do deficiente físico na escola regular está acontecendo, porém, ainda é necessário que haja mudanças de olhares sobre o deficiente físico para romper com as barreiras que de alguma forma ainda excluem e segregam.



**Palavras-chaves:** Limitações. Acessibilidade física. Educação Inclusiva

ABSTRACT

The present work has as its theme the inclusion of students with physical disabilities in regular education. This research sought to investigate the legal, pedagogical dimensions and accessibility of the physically handicapped in the regular network of education. Thus, as the access and the permanence of these in the common classes, aiming to answer if the school is able to receive this demand, since, this action can concretize the inclusive school. It is considered important to analyze the attendance to the physical handicap done by the school to know the quality of this inclusion. It is understood that providing quality education for all requires investment in school adaptations, teacher training, adequate teaching materials to meet all students and public policies that ensure the rights of these people, and these are essential for Make possible the inclusion of the student with physical disability in the common school. In order to answer the questions, a qualitative field research was carried out at Escola Anjo da Guarda, a school at the Municipal Public Network of Buriti de Inácia Vaz, where questionnaires were applied to 01 (one) teacher, 01 (one) manager and 01 (one) A) hand, aiming to gather information necessary to answer all the questions proposed in the research. The results indicate that the inclusion of the physically disabled in regular school is happening, however, it still requires changes of looks on the physically disabled to break through the barriers that somehow still exclude and segregate.

**Keywords: Limitations. Physical accessibility. Inclusive education**

# LISTA DE SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA- Educação de Jovens e Adultos

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PNE- Plano Nacional de Educação

SEMED- Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

**1 INTRODUÇÃO.....13**

**2PESQUISA RELACIONADA AO OBJETO DE ESTUDO-ESTADO DA ARTE.....16**

**3 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....22**

**3.1 A Educação Especial no Brasil.....22**

**3.2 A Educação Especial e a Legislação Educacional.....25**

**4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....35**

**4.1 A formação do professor e a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular.....38**

**5 DEFICIÊNCIA FÍSICA.....44**

**6 A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA ESCOLA ANJO DA GUARDA.....47**

**6.1 Metodologia da pesquisa.....47**

**6.2 Caracterização do campo de pesquisa.....48**

**6.3 Análise dos dados da pesquisa.....49**

**6.3.1 Gestora**

**6.3.2 Professora**

**6.3.3 Mãe**

**7 CONCLUSÃO.....56**

REFERÊNCIAS

APÊNDICES

# 1 INTRODUÇÃO

A educação é uma prática social contextualizada que envolve os fatores econômicos, social e político. Assim, como desenvolve os aspectos cognitivo, físico e moral dos sujeitos, tornando-se indispensável na vida do ser humano, sendo elemento favorável para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que todos os cidadãos possam exercer sua cidadania com consciência e autonomia.

Nesse contexto, a Educação assume o compromisso de formar pessoas para alcançar a excelência em suas competências e habilidades, visando construir profissionais competentes, independentes, consciente de seu papel de cidadãos e críticos para transformar a sociedade. Portanto, a Educação é um processo que oportuniza aos sujeitos a alcançarem o ápice de seu potencial no decorrer da vida.

A inclusão é um conjunto de ações que busca eliminar qualquer tipo de exclusão que impossibilite alguém de usufruir da vida em sociedade por ser diferente, por ter suas limitações ou por fazer parte de uma classe social menos favorecida. Mas vale lembrar que todos têm os mesmos direitos. Assim, a inclusão tem o papel de incluir os que se encontram excluídos do convívio social.

Por um longo período de tempo, as pessoas com deficiência viviam a margem da sociedade por serem consideradas doentes e inúteis. Eram rejeitadas por não atenderem aos padrões considerados “normais”. Desse modo, as pessoas com deficiência desde sempre foram excluídas e segregadas, pois nas sociedades mais remotas aquelas eram eliminadas ao nascer ou abandonadas ainda recém-nascidas. Essas crianças viviam isoladas em asilos, trancadas em quartos e outras instituições sem a oportunidade de conviverem com outras pessoas.

Entende-se que as limitações corporais transformam as relações entre as pessoas e o mundo que as cerca, manifestando-se de forma diferente. Assim, buscar a igualdade não é sinônimo de ser igual a ninguém, mas sim, ter os mesmos direitos, independente das diferenças. São as diferenças que formam a diversidade humana. Portanto, ser diferente é um direito universal de toda pessoa.

A Educação Inclusiva, sendo uma política que visa atender a todos que buscam a escola, independente de suas deficiências, limitações e diferença, deve garantir o acesso a todos os estudantes nas escolas regulares, respeitando suas singularidades e assegurando-lhes uma educação especializada nas salas comuns, sem exclui-los ou segrega-los. Nesse contexto, percebe-se que essa política busca eliminar qualquer tipo de preconceito acerca das diferenças

das pessoas, sendo, portanto, o cerne desta ação incluir a todos os excluídos e descriminados do convívio social e educacional.

É importante enfatizar que a inclusão educacional ainda traz consigo dúvidas e desafios que precisam ser enfrentadas, para tanto, é indispensável conhecer essa política para modificar as concepções e práticas frente à escola inclusiva.

Mediante esse modelo educacional, torna-se indispensável a preparação do profissional docente para compreender o papel da escola e o seu papel como educador frente a esse novo paradigma para contribuir no desenvolvimento integral de todos os alunos. A escola também necessita adaptar-se para receber os alunos com deficiência dispondo de uma estrutura física e pedagógica adequada para proporcionar a estes um ensino de qualidade.

Diante disso, torna-se necessário compreender a inclusão dos alunos com deficiência física na rede regular de ensino através de reflexões e análises visando conhecer, de forma mais profunda, essa política. Faz-se necessário que a Educação Inclusiva deixe de ser teoria e torne-se prática, haja vista que é relevante que os alunos com deficiência física tenham garantidos o acesso, a permanência nas classes comuns e o desenvolvimento da aprendizagem, uma vez que incluir não é apenas matricular os alunos no ensino regular, mas garantir o sucesso escolar.

Desse modo, fora realizada uma pesquisa de campo em que esta se propõe a estudar a temática "Inclusão de alunos com deficiência física na Escola Anjo da Guarda, do município de Buriti - MA", visando compreender a relevância da inclusão no desenvolvimento desses alunos, os desafios enfrentados por estes, as concepções dos professores a respeito dessa política e a estrutura física e pedagógica da escola.

Para fundamentar a pesquisa, fez-se necessário recorrer a estudos bibliográficos, respaldados em leis e autores acerca do tema proposto. Dentre estes, destaca-se: Constituição Federal (1988); Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Declaração de Salamanca (1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LBEN/1996); Mazzota (2011); Sassaki (1997); dentre outros utilizados no referencial da pesquisa.

Na sequência, foram aplicados questionários na escola pesquisada para a gestora, professora e para uma mãe de aluno com deficiência física matriculado na escola visando obter as informações necessárias para compreender a realidade vivenciada pela referida instituição.

Para compreender melhor a realidade da escola, organizou-se o trabalho na seguinte ordem: o primeiro capítulo trata de apresentar o trabalho descrevendo os conceitos, problemática, objetivo da pesquisa e os caminhos percorridos no decorrer deste estudo; o

segundo capítulo retrata o contexto histórico e as políticas públicas que asseguram a inclusão dos alunos com deficiência física no ensino regular; o terceiro capítulo traz os conceitos da Educação Inclusiva e a relevância da formação dos professores para a qualidade desta inclusão; o quarto capítulo discute acerca do deficiente físico e do acesso ao ensino regular; o quinto capítulo apresenta os dados obtidos na pesquisa através dos questionários e as análises dessas informações; o sexto capítulo retrata a conclusão a partir dos resultados da pesquisa.

Diante deste cenário, reafirma-se o desejo de apresentar esta pesquisa como instrumento de reflexão acerca da temática em estudo, uma vez que diversos elementos influenciam nas análises vivenciadas no campo de pesquisa. É nesse espírito de reflexão com os profissionais da educação que se apresenta a realidade da Escola Anjo da Guarda visando, dessa forma, contribuir para melhorar cada vez mais o processo inclusivo dos alunos com deficiência no ensino regular.

## 2 PESQUISA RELACIONADA AO OBJETO DE ESTUDO - ESTADO DA ARTE

Na busca de respostas para a tese aqui enunciada, realizou-se uma pesquisa de caráter quantitativo das produções monográficas através de uma análise no repositório da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), com as referências – "A inclusão do deficiente físico; O atendimento educacional especializado; A educação especial e a formação de professores; Deficiência Física". No entanto, optou-se por um recorte temporal entre os anos de 2012 a 2016, relacionando apenas os trabalhos científicos que faziam correlação com a tese a ser discutida.

Ressalta-se que a metodologia utilizada implica em sermos agentes pesquisadores e pensantes sobre as atuais ideias e concepções, possibilitando ainda ampliar nossos saberes referentes à temática a ser discutida.

É imprescindível dizer que a produção de Estado da Arte trará contribuições significantes, e ainda, um olhar unificado sobre os trabalhos monográficos apresentados nestes últimos anos, considerando que a metodologia possibilitará também a ampliação de saberes diversificados.

De antemão, analisou-se 3 (três) monografias disponíveis no Repositório da FAP, como já fora mencionado, assim, o primeiro trabalho intitulado como "ATENDIMENTO EDUCACIONAL INCLUSIVO PARA O DEFICIENTE FÍSICO", objetivou refletir em quais condições a escola atual se encontra para receber essas crianças deficientes. Sabe-se que a escola atual precisa melhorar em sua estrutura para receber estes alunos, melhorias não apenas em estrutura física, mas nos trabalhos pedagógicos.

Quanto à coleta de dados as autoras Maria Eliana e Mariseth Veras, estas dispuseram-se do método qualitativo em que fora possível constatar que a escola da atualidade não se encontra apta para receber esses alunos com algum tipo de deficiência. Esta pesquisa utilizou-se, ainda, da aplicação de questionários direcionados aos pais de crianças deficientes, pais sem crianças deficientes, como também para a gestora e a uma professora atuante na escola.A pesquisa abordada apoiou-se em pensamentos teóricos como: Mantoan (2006), Raiça (2006), Shiner (2007) e Rosita (2010) que trazem em suas conjunturas reflexões pertinentes sobre a acessibilidade e as dificuldades no sistema educacional em integrar essas crianças nas escolas de ensino regular.Toda via, as autoras constataram que os obstáculos existentes dificultam a vida do deficiente, o que muitas vezes repercute no seu desenvolvimento de aprendizagem. Destacou-se também o papel da família no processo

educativo, sendo este um fator que veio para facilitar a aprendizagem, sobre tudo abrangem que a formação do professor é crucial para esse processo de inclusão.

A segunda monografia é intitulada como "EDUCAÇÃO ESPECIAL E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR". Nesta, são analisados aspectos relevantes sobre a inclusão, e em contramão, a importância da formação do professor. A pesquisa descreve como se dá o processo inclusivo dos deficientes no espaço educacional, e ainda, de que maneira a formação do professor contribui neste processo de inclusão.Como fundamentação teórica utilizou-se reflexões de Pessoti (1984), Mantoan (2006), Ferreira (2003), e entre muitos outros documentos que asseguram os direitos de inclusão. Ainda é de práxis lembrar que Mantoan traz contribuições relevantes para o cenário da inclusão. Na coleta de dados, esta pesquisa apresenta-se como sendo de cunho qualitativo com caráter bibliográfico, haja vista que o estudo em debate consiste em um método investigativo, que estuda as particularidades das diversas experiências. As autoras especulam que a inclusão muito depende da formação dos professores, estes precisam estar preparados para este confronto da realidade que a cada dia está mais frequente em sala de aula.

O terceiro foco de nossa pesquisa é nomeada por "A INCLUSÃO ESCOLAR" como instrumento reconhecedor e valorizador do indivíduo deficiente, garantindo, dessa forma, uma educação plena e igualitária, visando quebrar as barreiras de exclusão. Para que haja uma melhor compreensão desse estudo, a pesquisa objetivou apontar de que maneira pode-se incluir os alunos com deficiência, como a escola dispõe de atendimento educacional para cada tipo de deficiência. Para maiores informações, a pesquisa é caracterizada como qualitativa, uma vez que fora realizada uma investigação de como procede os mecanismos de inclusão do aluno deficiente na escola, revelando também o importante papel da família neste processo. Para que houvesse um embasamento de teoria, as autoras recorrerão a teóricos renomados, tais como: Machado (2009), Mazzota (2011), Dutra (2005), Nakayana (2007), entre muitos outros utilizados. Esses estudiosos apontam mecanismos de perspectivas inclusivas na escola. A análise de dados da pesquisa de campo foi direcionada a 1(uma) gestora, 1(uma) professora, 1(uma) supervisora e aos pais e alunos, reafirmando por ambas as partes que as condições disponíveis na escola não favorecem o bom rendimento e dificultam o atendimento educacional, destacando, inicialmente, a estrutura física, e em segundo plano, o trabalho pedagógico. No fechamento da pesquisa, as autoras concluem que a inclusão não necessita apenas de estrutura física, mas preferencialmente há de se ter uma qualificação profissional adequada e com abordagens da real necessidade dos alunos com deficiência.

Fez-se ainda uma busca por meio do site Sientific Electronic Library online (SciELO) no intuito de realizar uma pesquisa quantitativa. Por meio desta, constatou-se que entre os anos de 2011 a 2016 foram publicados 199 (cento e noventa e nove) artigos com temas relacionados a este estudo, utilizando as palavras chave: Atendimento especializado e Educação especial.

Após uma avaliação mais detalhada destes artigos, notou-se que somente 3 (três) deles possui uma relação mais direta com o presente trabalho, em que se realizou uma abordagem sobre os principais pontos, oportunizando uma coleta de dados e informações que vem a somar em sua produção.

O primeiro estudo intitulado por "PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E TEMAS SOBRE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR" visou discutir as propostas das Políticas Públicas para a Educação Infantil que propõem um aumento da demanda de alunos atendidos e estimula a continuidade dos estudos da criança com necessidades, uma vez que "por meio da educação, pode-se produzir uma sociedade mais igualitária, pelo princípio de equiparação de oportunidades" (UNESCO, 2010). Porém, muitos dilemas são formados e percebe-se que a qualidade do ensino está muito abaixo do esperado. O estudo também buscou fazer uma analogia entre a percepção e o conhecimento de professores que atuam na área com temas relacionados à inclusão de crianças em aulas regulares, como também o procedimento usado por estes.

Fez-se uso para fundamentação teórica de obras de MENDES (2006), FREITAS (2009), BEZERRA; ARAÚJO(2014), entre outros estudiosos da área. A pesquisa de campo fora realizada com uma amostragem aleatória, com professores de classe e professores de educação física, através de questionários que abordavam a autonomia, inclusão social, especificidade de crianças com deficiência, adaptação e possibilidades de movimento corporal. Primeiramente, o questionário referiu-se à percepção do professor sobre seu conhecimento em torno do tema em escala Likert, em seguida, propôs que o docente apontasse exemplos de como agiria com a situação de inclusão. Ao serem questionados, percebeu-se que a maioria dos docentes têm pouco conhecimento sobre esta realidade, a maioria apresenta justificativas ao invés de apontar ações que pudessem ser realizadas para que este processo acontecesse de maneira coerente. A quantidade de exemplos apresentados fora pequena, o que demonstra a superficialidade do tratamento das temáticas e do conhecimento sobre o assunto.

Existe uma dualidade, é preferível que a educação se faça cada vez mais breve para, assim, se criar uma sociedade igualitária, todavia os cuidados necessários com as

crianças com deficiência podem se mostrar em risco, assim como o oferecimento de atividades que lhes permitam alcançar seu potencial. Para isso faz-se necessário criar diálogos que possibilitem uma comunicação entre os diversos setores da sociedade.

O segundo estudo trás o tema "RECONFIGURAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DE UM CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO", objetivando entender como se dá o processo de reconfiguração das proposições que ligam a Educação Especial à educação regular dos alunos com deficiência, levando em consideração o investimento em espaços alternativos como centros de atendimento que possibilitam o apoio complementar à escolarização.

Para garantir esse atendimento de forma precisa e eficaz, respalda-se em documentos oficiais como, a Constituição Federal (1988), Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ( LDBEN/1994), Declaração de Guatemala(1999), assim como, o Estatuto da Criança e do Adolescente, leis que garantem a inclusão destes no convivío educacional e social.

Os autores utilizaram como base teórico estudiosos como: Carvalho (2003), Baptista (2011), Brasil (2008) e documentos oficiais no intuito de melhor respaldar este trabalho. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa em uma rede pública municipal na região metropolitana de Porto Alegre/RS, focada na análise documental referente ao plano de ação metodológica. O estudo investiu na reflexão baseada em pesquisa que abordam a temática das políticas públicas educacionais, tendo como referência a abordagem de políticas segundo as preposições de Stephen Ball. Com esta abordagem pode-se notar que as disputas internas por concepções e por propostas pedagógicas foram pautadas pelo discurso alinhado com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, mas reinterpretado no contexto local. Considera-se, então, um processo de reorganização que possibilitou aos diferentes atores lidarem com as decisões tomadas em diversas instâncias da gestão local, posicionando-se e interferindo no que se refere à forma como compreendem os movimentos que se traduzem em efeitos como a criação do centro de atendimento e a inteira redefinição das atividades da escola especial. Contudo, a reconfiguração da Educação Especial nessa rede municipal de ensino se reestruturou com base na obrigatoriedade da dupla matrícula como argumento legal que deu impulso às práticas no que diz respeito a tornar a educação dos alunos com deficiência obrigatória nas escolas regulares em classes comuns.

O terceiro artigo analisado, intitulado por "AÇÃO PEDAGÓGICA E EDUCAÇÃO: A SALA DE RECURSOS COMO PRIORIDADE NA OFERTA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS", tem por objetivo apresentar reflexões acerca da ação

pedagógica e dos serviços especializados em Educação Especial no contexto brasileiro. Nesta, procura-se dar enfoque às discussões sobre as tendências, as características, os desafios que percorrem a oferta de serviços educacionais, bem como a ação dos educadores especializados.

Para fundamentação teórica da pesquisa, contribuíram autores importantes como: FERREIRA e NUNES (1993), REBELO (2011), MAZZOTTA (1982), TEZZARI (2002) e outros. O estudo também pretendeu contribuir para o entendimento sobre de que forma ocorreram alterações políticas que ocasionam o avanço de uma sala de recursos como serviço prioritário para a política educacional brasileira no que diz respeito à garantia do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência. Esta reflexão é baseada na abordagem de uma temática, juntando indícios do dia a dia e vivências já relatadas, visando uma sistematização de ideias, buscando elucidar sentidos e, dessa forma, contribuir para o entendimento relacionado ao atual momento da Educação Especial Brasileira, suas práticas e seus espaços de ação. Visando ainda ter maiores conhecimentos sobre a inclusão dos deficientes físicos, fez-se, também, uma análise no banco de dados do Google acadêmico, onde este possui valor probatório.

Em primeira instância, a pesquisa analisada é nomeada por "ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO" em que fora caracterizada por uma natureza de pesquisa qualitativa, cujos os dados são coletados através de entrevistas e observação em lócus, complementada pela análise documental. Nesse tipo de pesquisa as informações são coletadas, analisadas e investigadas como objeto de estudo. A referida análise de dados se embasa na teoria de autores competentes na área de inclusão, como: G. BATESON (1993), BAPTISTA (2006), BRASIL (2011), H.MATURANA (1995) e JANNUZI (2006), que apontam, de forma clara, a necessidade de a escola dispor-se de um atendimento educacional especializado, destacando, ainda, que este tipo de serviço vem se configurando nas diretrizes educacionais como um serviço dependente para o aluno. O referido trabalho realiza uma análise importante acerca da formação continuada dos professores para este serviço educacional. A autora Aline de Castro, para maiores informações sobre o serviço prestado, direciona o questionário aos pais com filhos deficientes, com perguntas abertas, haja vista que a inclusão já deve iniciar no seio familiar da criança deficiente. Por sua vez, a autora conclui que o atendimento especializado é uma das alternativas influenciadoras no processo de restruturação de qualquer deficiência do aluno, desde que este esteja inserido no cotidiano diário, revelando, também, que o professor contribui para a integração do aluno neste meio.

O segundo artigo nomeado "A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA NA HISTÓRIA DE VIDA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA", destaca a capacidade

e possibilidades do deficiente físico praticar esporte, haja vista que este pode contribuir em vários aspectos para a sua melhoria de vida, sendo também a prática esportiva uma forma de inclui-lo. Sabe-se que desde muito tempo o deficiente era visto como um ser impossibilitado. As autoras Greice Rosso, Sofia Wolker e Luciana Erina se dispuseram de uma metodologia qualitativa, com suporte em uma entrevista que fora direcionada aos próprios deficientes físicos. As autoras pontuam que a deficiência pode ser adquirida ou congênita, uma vez que o estudo em questão deferência a adquirida como aquela que pode ser adquirida no decorrer da vida e a congênita o indivíduo já nasce possuidor.

No que diz respeito das fontes teóricas, estas comungam das teorias de GUISELINE (2004), BARDIN (1997), DUARTE (1995), PALMA (2011) que particularizam a prática esportiva como um fator contribuinte na superação de alguns dos muitos obstáculos que um deficiente físico encontrar no meio em que estiver inserido. As autoras concluem o trabalho com a afirmativa de que a prática esportiva contribui para capacitação de resolução para alguns problemas sociais encontrados no meio social.

Por último, fora analisado o artigo intitulado “DIALOGANDO COM AS SALAS DE AULA COMUNS E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: POSSIBILIDADES, MOVIMENTOS E TENSÕES”, de Alice Pilon do Nascimento, no qual a autora objetivou problematizar as políticas de Educação Especial, bem como as práticas pedagógicas do município de Nova Venésia/ES, visando a articulação entre a sala comum e o atendimento educacional especializado, afim de conhecer e discutir as diferentes ações que o município vem adotando para a inclusão desses alunos em seu sistema de ensino. Objetivou discutir essas ações fazendo uso do embasamento teórico dos estudos de Boa Ventura de Sousa e Fhilippe Meirieu, dentre outros pesquisadores da área como: Jesus, Mendes, Kassar e Prieto. Referente à pesquisa, optou-se por uma pesquisa-ação, em que fora assumida a responsabilidade de provocar mudanças para os desafios enfrentados na prática docente, partindo do processo de ação-reflexão dos sujeitos envolvidos.

Os resultados finais da pesquisa revelam que muito ainda precisa ser revisto na política educacional do município com referência à Educação Especial, como: a formação continuada dos professores, a contratação de mais professores nas SRM’s, a fim de fortalecer o diálogo com a sala de aula comum.

Outra questão apontada pelas autoras foi a dualidade do ensino que, muitas vezes, encontra dificuldades em fazer parte das discussões em um contexto globalizante.

Percebe-se que a Educação Especial se encena isolado dos embates escolares, consolidando-se apenas em locais que se caracterizam somente como centros especializados

em atendimento aos portadores de deficiência. Contudo, apesar das dificuldades, não se pode pensar em inclusão de maneira utópica, mas sim como uma ação possível de ser realizada, haja vista que os professores são capazes de ensinar e os alunos de aprender.

# 3 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

## 3.1 Educação especial no Brasil

Historicamente, as crianças com deficiência sempre foram rejeitadas tanto pela sociedade como pelas famílias, por apresentarem algumas diferenças do padrão imposto pela sociedade, o da perfeição. Sabe-se que estes eram vistos como seres incapazes, "indignos" de viverem no meio social.

> No Brasil, algumas tribos do Alto Xingu no Mato Grosso, até hoje exterminam os bebês que nascem com deficiência, enterrando-os vivos por acreditarem que a criança nascida com deficiência não tem condições de ir para a selva, de trabalhar, de garantir seu sustento, de se defender. (FERREIRA e GUIMARÃES, 2003, p. 66)'

Por terem essa visão em relação às pessoas com deficiência, na sociedade antiga, principalmente em Esparta, as crianças eram condenadas à morte quando nasciam com alguma anormalidade, pois eram consideradas doentes incapazes ou estavam possuídas por demônios concretizando-se o infanticídio. Por essa ótica, Pessotti, (1984, p. 14) ressalta que, "[...] a identidade sobrenatural dos deficientes cooperava para a promoção de espírito de superstição na comunidade que justificasse práticas de eliminação como seres demoníacos ou a exorcização através da visão de indemoniados [...]".

Desse modo, essa era apenas uma justificativa preconceituosa e perversa contra as crianças deficientes para as excluírem do convívio social e condená-las à segregação e ao isolamento,devido ao fato de serem diferentes. Nesse contexto, ver-se que a exclusão acontece desde as primeiras sociedades, em que a igreja, na Idade Média, acreditava que o homem era imagem e semelhança de Deus, e que, crianças imperfeitas, não podiam ser filhos de Deus, sendo, portanto, considerados pecadores e imorais.

Mas vale enfatizar que a Igreja Católica era contra o infanticídio. Esta justificava a exclusão das crianças com deficiência atribuindo causas sobrenaturais, acreditava que estas não deveriam viver em sociedade, porém, deveriam estar em asilos, orfanatos, prisões, dentre outras instituições que pudessem mantê-las distantes do convívio social. Percebe-se uma divisão entre a religião e a assistência em que ao mesmo tempo em que eram excluídas, buscavam, de alguma forma, protege-las, mesmo que de forma excludente.

De acordo com Amaral (1997), na Roma e na Antiga Grécia o indivíduo com algum tipo de deficiência era banido da sociedade e até mesmo morto e abandonado por terem nascidos com algum tipo de deficiência seja física, mental, cegos ou surdos, etc.

Percebe-se que a pessoas com deficiência sempre foram tratadas com preconceito e excluídas do convívio social por suas limitações serem encaradas como sinônimo de incapacidade. Não era possível acreditar em seu desenvolvimento como ser humano.

No Brasil, até a década de 50, pouco se ouvia falar em Educação Especial, pois, não se tinha uma preocupação com os deficientes, uma vez que eram vistos como anormais e incapazes.

A educação especial no Brasil alavancou a partir do século XIX embasadas nas experiências dos europeus e americanos, em que educadores brasileiros organizavam trabalhos voltados para o atendimento de pessoas com diversas deficiências, porém, somente no século XX, surgem as primeiras instituições para os deficientes cegos e surdos.

Em 1854 é fundado em São Paulo o Imperial Instituto dos Meninos cegos, e em 1857, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Foi a partir da criação destes institutos que passaram a cogitar soluções para ofertar a educação primária de qualidade a estes alunos deficientes.

Entende-se que os institutos funcionavam como asilo ou abrigo. Estes não tinham uma finalidade educacional e sim cuidadora. Com a atuação do professor de matemática Benjamin Constant, essa visão começou a mudar e passou do atendimento de asilo para educacional.

Em meados dos anos de 1957 a 1993, o perfil do atendimento das crianças com deficiência foi se transformando gradativamente passando dos serviços particulares e isolados para o atendimento educacional assegurado pelo Governo Federal.

Soares (2009) ressalta que, o filosofo John Locke e Jean Jackes Rousseau, no século XIII, defendiam que os portadores de deficiência podiam ser treinados e educados e que assim iriam aprender, e tinham direito a isso, reconhecendo que aqueles não podiam ser punidos nem abandonados, mas educados, instruídos para viverem em sociedade.

Desse modo, surge o atendimento educacional das crianças com deficiência assumida pelo Governo Federal, segundo a Lei de Diretrizes e Bases nª 4.024/61, no artigo 88, que assegura o direito dos deficientes à educação. Vale ressaltar que nesse momento ainda não eram oferecidos aos alunos excepcionais um apoio pedagógico especializado, sendo ainda excluídos do ensino regular, assim caracterizando uma prática educacional aos deficientes ainda marginalizadas.

No fim do século XIX e início do século XX que surgem primeiras escolas e centros de reabilitação semi-preparados para atenderem os alunos com alguma necessidade

especial. É nesse momento que na sociedade cívica aos poucos vai concretizando o pensamento inclusivo, reconhecendo que o aluno deficiente pode aprender se lhe for ofertado uma escola preparada, capaz de atender às suas necessidades.

Percebem-se mudanças no panorama quanto à forma de compreender as diferenças e a reestruturação do pensamento acerca da educação das pessoas com deficiência, havendo uma reorganização do sistema educacional para assegurar uma educação de qualidade para todos.

Com a possibilidade de um novo educar torna-se viável as instituições escolares assegurarem a inclusão de pessoas com deficiência e garantirem o acesso, a permanência e a aprendizagem dessas crianças no ensino regular.

Entende-se que para haver a inclusão é necessário garantir a igualdade de oportunidades, respeitar as diferenças e as limitações de cada um, além de adaptar as escolas e investir na formação dos profissionais da educação para atender as diversidades.

> Visando estabelecer parâmetros em busca de uma escola para todos, partindo do princípio de que [...] todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar as necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e a natureza do processo (BRASIL, 1994, p. 18).

Partindo da concepção da política de inclusão de pessoas com deficiência, pode-se compreender que esta busca inclui as crianças com deficiência na rede regular de ensino para que usufruam dos mesmos direitos educacionais que as crianças ditas “normais”. Para tanto, deve-se adaptar as escolas para receber esses alunos, dispor de recursos didáticos que possibilite a aprendizagem e de profissionais preparados para atender os alunos com diversas deficiências e dificuldades de aprendizagem.

No Brasil são elaborados documentos que norteiam a prática de inclusão educacional que não segreguem tanto os alunos com deficiência e que sirva de respaldo para garantir o direito à inclusão em escolas regulares e ao convívio social dos alunos com deficiência física, mental, cegos, surdos, superdotados e com deficiências globais. Cabe enfatizar que além de escolas adaptadas e profissionais capacitados, faz-se necessário que o governo disponibilize recursos financeiros para assegurar esse direito com qualidade.

Desse modo, o Decreto n°571/2008, aprovado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, assegura no artigo 1° que:

> A união prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino (BRASIL, 2008, p. 26).

A partir deste cenário, percebe-se que o atendimento de crianças com deficiência no Brasil vem conquistando espaço no que se refere ao reconhecimento da inclusão como um direito de todos e que a educação especializada tende a melhorar a qualidade do Sistema Nacional de Ensino.

Sabe-se que a educação especial é relevante para incluir as pessoas que se encontram a margem da sociedade por muitas vezes não corresponderem aos padrões impostos por uma sociedade preconceituosa que insiste em subjugar as pessoas simplesmente por não aceitarem suas diferenças e limitação, tornando-se esses fatores os maiores desafios a serem enfrentados pela política de inclusão.

Portanto, é práxis dizer que houve avanços no decorrer da história da educação especial no Brasil, mas ainda há muito que se fazer para que o atendimento educacional das pessoas com deficiência aconteça pautado em uma pedagogia inovadora e transformadora de modos a garantir a inclusão dos que se encontram excluídos.

## 3.2 A Educação Especial e a Legislação

A Inclusão das crianças com deficiência exige o comprometimento de todos que fazem parte da sociedade para que possa garantir a igualdade de direitos a todos os cidadãos, visando construir uma sociedade mais justa e com menos pessoas excluídas de forma que os direitos humanos sejam garantidos.

Para que seja garantida a acessibilidade, a educação, cultura e saúde a todos, faz-se necessário a adequação das políticas públicas para atender a diversidade das demandas da sociedade visando assegurar os direitos de todos.

Assim, a Declaração dos Direitos Humanos (1948, p. 02), afirma que, “[...] todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sem nenhuma distinção”. Entende-se, que todas as pessoas, independentes de suas diferenças e limitações, são iguais perante os seus direitos e deveres como cidadãos. Portanto, as crianças com deficiência têm o mesmo direito de terem acesso à educação que as outras, bem como os seus direitos de aprendizagem garantidos. Assim, reafirma-se a igualdade de oportunidade a todos os indivíduos, independentes de suas diferenças.

Com base nesse pressuposto, conclui-se que as pessoas com deficiência têm o direito de ter uma educação de qualidade, a expressar sua opinião, oportunidade de desenvolver seu potencial, de ter uma vida digna e livre arbítrio de participar da vida em sociedade.

A Constituição Federal de 1988, lei maior que rege o país, afirma no artigo 205, que a educação é um direito de todos, independente de suas diferenças e limitações todos são pessoas e devem ter igualdade de direitos. Reafirmando essa ação no artigo 205, ressalta que o atendimento educacional especializado e a inclusão educacional são direitos fundamentados a partir da compreensão da diversidade humana. Mas, para que todas essas ações se concretizem, fazem-se necessárias mudanças nas concepções pedagógicas e na estrutura da escola e da sociedade.

O artigo 227 da referida lei garante que:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, saúde e alimentação, à educação e lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar e a comunitária, além de coloca-los a salvo de toda forma de negligencia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 148).

O mesmo artigo ainda diz que o Estado também deve promover programas de assistência integral à criança e ao adolescente desde que respeite o seguinte princípio:

> II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação dos acessos aos bens de serviços, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos (BRASIL, 1988, p. 148).

A Constituição Federal assegura a todos os alunos assistência em instituições especializadas, primando pela inclusão de todos os que estão à margem da sociedade, assim como pressupõe o acesso dos alunos com deficiência na rede regular de ensino em que a escola deve receber e se comprometer para que a inclusão realmente aconteça em todos os aspectos.

Para tanto, é necessário que a escola comum compreenda o seu papel como instituição formadora no processo de ensino das crianças com deficiência para que, mesmo frequentando o ensino regular, continuem segregadas e sem terem seus direitos educacionais respeitados.

Comungando do pensamento de promover a igualdade de direitos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), que rege a educação nacional, prima por uma educação de qualidade e para todos, garantido uma sociedade igualitária e mais humana.

A partir desse contexto, a LDBEN/96 no artigo 58, define a educação especial da seguinte forma:

> A modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
>
> § 1° Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

> § 2° O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas do aluno, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.
>
> § 3° A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa de zero a seis anos, durante a educação infantil (SILVA, 2013, p. 77).

De acordo com a lei, as crianças com deficiência devem ser matriculadas nas escolas regulares de ensino somente quando for necessário ir à procura de centros especializados para fazerem o atendimento dessas crianças.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) também enfatiza sobre a adaptação do currículo para que também esteja contemplando a diversidade, assim como os procedimentos didáticos, a organização das instituições escolares e a formação dos professores.

Silva (2013) afirma que a educação especial, de acordo com a referida lei, é uma modalidade de educação escolar que deve ser oferecida aos alunos com as diversas deficiências e os com altas habilidades garantindo, portanto, o direito educacional a todos que buscam a escola. É importante lembrar que os Estados têm o compromisso de garantir esta modalidade com qualidade, visando desenvolver os educandos em todos os aspectos: cognitivo, físico, emocional e social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/96) deixa claro que o ensino especial é uma modalidade e, como tal, deve perpassar o ensino superior. Deve, ainda, assegurar não apenas o acesso, mas a permanência e o prosseguimento do estudo desses alunos e não retirar do Estado, por nenhum motivo, essa obrigação, exigindo, postulando o cumprimento das leis para atender às necessidades educacionais de todos (MANTOAN, 2006, p. 25).

A inclusão de crianças excepcionais na rede regular de ensino exige que as estruturas arquitetônicas das escolas sejam adaptadas para recebê-las, que seja promovida formação continuada para os professores no intuito de estes compreenderem o seu papel em uma escola inclusiva, adaptação do currículo, metodologias inovadoras que contribuam para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) garante às crianças e adolescentes o direito às oportunidades de desenvolvimento físico, mental, educacional e social, primando pela igualdade de direitos.

Em coerência com os demais documentos legais explícitos anteriormente, percebe-se que os direitos assegurados pela ECA estão de acordo com os demais, pois reforça

a igualdade de direito a todos e defende a oportunidade de conviver em sociedade, assegurando os padrões mínimos de dignidade na vida educacional dos sujeitos.

Desse modo, o Estatuto da Criança e Adolescente no artigo 54°, ressalta que, "[...] é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente [...] atendimento educacional especializado aos portadores com deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino" (BRASIL, 1990, p. 12).

De acordo com este documento, percebe-se que as crianças devem ser atendidas nas escolas regulares garantindo, dessa forma, a acessibilidade e a permanência destes nas instituições escolares sendo, portanto, necessário oferecer uma educação de qualidade que possibilite a igualdade de direitos e oportunidades, em que se deve sempre considerar as particularidades de cada indivíduo, respeitando as diferenças.

A Declaração de Salamanca é um documento aprovado por participantes de diversos países que fizeram parte da Conferência Mundial sobre a Educação Especial, em Salamanca (Espanha) em junho de 1994. Essa declaração é considerada um dos documentos mais importantes para a inclusão social, pois a partir das metas traçadas nessa conferência novas diretrizes foram reformuladas para garantir a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular.

Esse documento que reflete sobre as Necessidades Educativas Especiais, defende o princípio de que todas as crianças portadoras de deficiência, ou não, têm os mesmos direitos à educação em escolas da rede regular de ensino, e que esta seja oferecida com qualidade atendendo a necessidade educacional de cada um que busca a escola.

Desse modo, reafirma-se por meio dessa declaração que:

> Todas as escolas devem acolher todas as crianças, independente de suas condições pessoais, culturais ou sociais, crianças deficientes e superdotadas, altas habilidades, crianças de rua marginalizadas, o qual traça um desafio importante para os sistemas escolares (BRASIL, 1994, p. 54).

Comungando do mesmo pensamento, a Linha de Ação sobre as Necessidades Especiais (1997) defende que as escolas regulares é o lugar que ainda dispõe de ferramentas para combater a descriminação dos que se encontram a margem da sociedade, uma vez que esta instituição tem o dever de assegurar o direito educacional a todos que buscam a escola primando sempre pela igualdade de direitos e a formação de cidadãos conscientes.

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, entre outras. Devem, também, acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações

distantes ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicos ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizadas (BRASIL, 1997, p. 18).

Tendo como base a concepção que diz respeito às diferenças e dos direitos humanos, entende-se que todos os sujeitos dispõem dos mesmos direitos. Portanto, independente das deficiências físicas, intelectual ou superdotação, ninguém pode ser excluídos das escolas, tampouco do convívio social, haja vista que não se pode alimentar a descriminação simplesmente por não respeitar as diferenças e limitações das pessoas.

Nesse contexto, percebe-se que as escolas estão sendo vistas como elemento favorável para assegurar a equidade de oportunidades entre as pessoas por meio da educação inclusiva em que todos, independentes de suas limitações, encontram-se incluídos.

É relevante enfatizar que as instituições escolares não devem somente garantir o acesso dessas pessoas, mas também promover a aprendizagem de cada indivíduo, zelando pelo respeito mútuo entre os alunos e os profissionais da educação, motivando o espírito de solidariedade. Assim, a escola valoriza e respeita as diferenças, além de promover à inclusão dessas pessoas, concretizando a tão esperada "educação para todos".

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência (2009), no artigo 27, ratifica que:

> A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados, sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2009, p. [n.p]).

Partindo desse cenário, afirma-se que a educação é um direito de todos e deve ser oferecida com qualidade com o intuito de promover o desenvolvimento das competências e habilidades do ser humano sendo, portanto, necessário o respeito às diferenças para que a escola seja considerada inclusiva. A escola tem que preparar os alunos para sua inserção no meio social.

A inclusão e a igualdade de direitos das pessoas com deficiência também é assegurada pela Lei n° 7.853, de 24 de outubro de 1989, que afirma: "Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência sua integração social, sobre a Coordenação Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência" (BRASIL, 1989, [n.p]).

A referida Lei no artigo 1° garante ao portador de deficiência o seguinte preceito:

> Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

> § 1° Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade humana do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direitos.
>
> § 2° As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preceitos de qualquer espécie entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do poder público e da sociedade (BRASIL, 1989, [n.p]).

Entende-se que as pessoas por terem suas limitações não podem ser discriminadas, tampouco serem excluídas do convívio social, escolar e do trabalho, tendo em vista que estas possuem os mesmos direitos que as pessoas ditas "normais". As diferenças entre as pessoas não podem ser vistas como barreiras para a construção de uma sociedade inclusiva, mas que esse convívio venha a somar com o crescimento da pessoa humana amenizando o preconceito frente ao diferente, uma vez que todos são iguais e devem gozar dos mesmos direitos.

Ainda a respeito da igualdade de direitos e contra toda e qualquer forma de discriminação contra as pessoas com deficiência, as decisões tomadas na Convenção de Guatemala e promulgadas no Brasil pelo Decreto n° 3.956/2001, assegura que:

> As pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que esses direitos, inclusive o de não ser submetido à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano (BRASIL, 1999, p. 17).

A partir das ações aprovadas pela convenção de Guatemala e demais políticas públicas expostas, percebe-se que todas as medidas tomadas em prol da igualdade de direitos e respeito às diferenças garantem às pessoas excluídas e segregadas do convívio social e da escola, a oportunidade de serem incluídas e respeitadas mediante suas especificidades, uma vez que os sujeitos devem sempre correr o risco de serem diferentes. Portanto, as diferenças não podem ser interpretadas como sinônimos de exclusão, mas reconhecidas como característica particular de cada sujeito que o torna único como pessoa humana e que deve ser respeitado pelos demais.

Para garantir o acesso das pessoas com deficiência ao ensino regular, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica pela Resolução CNE/CEB n° 2/2001, reafirmam, no artigo 2°, que:

> Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001, [n.p]).

Sabe-se, que a escola deve acolher a todos, independente de suas limitações, e que tem o dever de promover uma educação de qualidade. Para tanto, essa instituição de ensino

deve estar adaptada para receber a diversidade, dispondo de condições necessárias para promover a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. É importante ressaltar que a adaptação da escola tem que acontecer nos aspectos físicos e pedagógicos para garantir os direitos de aprendizagem de todos.

Para reforçar a garantia de uma educação de qualidade para as pessoas com deficiência, o Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos (2006) assegura igualdade de acesso de todos à educação e prima pela adaptação do currículo para possibilitar o acesso, permanência e desenvolvimento daqueles no ensino regular.

Desse modo, o referido Plano, no artigo 24, reafirma que:

> a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
> b) As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem. (BRASIL, 2006 [n.p])

Comungando com o mesmo objetivo das Diretrizes Nacionais da Educação Especial, o referido Plano busca, também, garantir a educação das pessoas com deficiência na rede regular de ensino e que esta seja ofertada a todos com qualidade. A escola deve atender a todos, independente de suas limitações e ofertar o atendimento educacional especializado quando necessário, visando desenvolver as competências da demanda escolar dentro de suas capacidades.

> A escola comum pode ser considerada inclusiva quando reconhece e respeita as diferenças dos alunos mediante seu processo educativo, buscando a participação e o avanço de todos adotando novas práticas pedagógicas. Sabe-se que as práticas pedagógicas vão além das escolas e das salas de aula. Porém para termos uma escola comum inclusiva, é preciso conhecer os direitos e reivindicá-los torna-se a ferramenta crucial para tal mudança educacional (XAVIER, 2012, [n.p]).

Nesse contexto, se reconhece uma escola inclusiva pela ação que esta venha a exercer dentro do ambiente escolar, dos recursos que dispõe do perfil dos profissionais, da forma como lida com as diferenças, das práticas pedagógicas executadas, das adaptações físicas e mobiliarias feitas para melhorar o acesso dessas pessoas. Mas, para por em prática a Educação Inclusiva, faz-se necessário conhecer essa política para que esta aconteça com qualidade.

Para atender com maior qualidade, as escolas precisam repensar suas práticas, revisar o projeto político pedagógico e administrar a escola por meio da gestão democrática, visando uma participação coletiva de todos os segmentos da escola, com o intuito de melhorar o ensino. Para tanto, é importante rever e aperfeiçoar os espaços e as atividades realizadas

para que se tenha maior desenvolvimento dos alunos, independente de suas dificuldades e limitações, uma vez que não são os alunos que devem mudar para serem incluídos, mas a escola que deve se transformar para atender a todos.

Portanto, criar caminhos abrangentes para os alunos de maneira geral nos permite repensar a maneira como devemos nos preparar para as mudanças pedagógicas. Salas multifuncionais, cursos preparatórios de capacitação docente, projetos sociais dentre outros, pode ser a chave para ressignificar a educação respeitando as diferenças e promovendo o ensino igualitário (XAVIER, 2012, [n.p]).

Nessa perspectiva, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva pelo decreto Lei n° 6.571/2008, reforça que "Atendimento educacional especializado é conjunto de atividades, recursos e acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar à formação dos alunos no ensino regular" (BRASIL, 2008, p. 01). Este documento ressalta que o ambiente escolar deve estar preparado para atender a esta demanda, tanto o espaço físico como o mobiliário, os materiais didáticos pedagógicos e os profissionais da Educação, visando, assim, melhor desenvolvimento dos alunos com deficiências mais severas que necessitam do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino regular para garantir a evolução do processo educativo.

> O ensino oferecido no (AEE) é diferente do ensino escolar, e não pode ser visto como um espaço onde se tem reforço escolar ou complementação das atividades escolares. São exemplos práticos de Atendimento Educacional Especializado o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e os códigos do BRAILLE, formação do aluno para a utilização dos recursos tecnológicos, comunicação alternativa, disponibilização e preparação de materiais pedagógicos acessíveis ao aluno, entre outros (XAVIER, 2012, [n.p]).

Percebe-se, que a prática de ensino oferecido no (AEE) não é desvinculada do ensino das salas comuns, mas tem a função de dispor de meios que contribuam para o avanço educacional das pessoas com deficiência no ensino regular, independentes de suas limitações ou deficiências. Com esse intuito, o decreto n° 6.571/2008 que assegura o Atendimento Educacional Especializado por meio da resolução 04 publicada em 2009 pelo Ministro da Educação, resolve que:

> Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Entende-se que os alunos com deficiência devem estar matriculados nas salas comuns e receberem atendimento especializado, quando necessário, na própria escola ou outras instituições que ofereçam esse atendimento, a fim de facilitar a inclusão desse aluno nas escolas regulares e zelar pela qualidade de seu aprendizado.

É dever do poder público assegurar aos alunos com deficiência o acesso e a permanência no ensino regular, buscar formas de vencer as barreiras arquitetônicas e práticas didáticas pedagógicas e comunicação que dificultam a participação destes na escola em um patamar de igualdades com os outros alunos ditos "normais". Também é papel dos governantes implantar nas escolas as salas de recursos multifuncionais, assim como outros serviços relacionados à saúde, trabalho, lazer e atendimento terapêutico, visando construir uma escola para todos.

O Plano Nacional de Educação (PNE/ 2011) também visa incluir as crianças com deficiência na escola regular, tendo como meta "Universalizar para a população com deficiência de 4 a 17 anos, o atendimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino" (BRASIL, 2011, [n.p]).

De acordo com o PNE, todas as pessoas têm direito de frequentar o ensino regular, por isso tem como meta garantir a matrícula dos alunos com deficiência nas escolas regulares visando incluir os que se encontram fora do sistema de ensino. Mas reconhece que as escolas devem ser preparadas para receber e ofertar a esses alunos uma educação de qualidade.

Mazzota (2011, p. 140), considera que:

> Uma Política Nacional de Educação Especial precisa, em outras palavras, configurar um conjunto coerente de princípios e propostas para a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais. Isto não significa que, necessariamente, a política nacional deva estar dimensionada em um determinado documento oficial, mas que os princípios e propostas para a educação especial estejam coerentemente contemplados na legislação, nos planos educacionais e nos documentos oficiais.

Percebe-se que inclusão das crianças com deficiência é assegurada por políticas públicas que dispõem de propostas que serve como base para fazer um atendimento especializado no ensino regular. Para tanto, todos os documentos legais contribuem para a construção de uma sociedade mais humana em que os direitos de todos sejam respeitados, independentes de suas diferenças e limitações.

É relevante salientar que somente as elaborações de políticas públicas de inclusão não são suficientes para combater a discriminação e garantir a igualdade de direitos. É indispensável que as ponham em prática e que estas estejam vinculadas às políticas educacionais para a inclusão realmente acontecer com qualidade e para todos.

Portanto, ao reconhecer as diferenças, torna-se mais fácil aceitar as pessoas como realmente são tornando, assim, o ato de incluir e educar ainda mais prazeroso. Mas é relevante enfatizar que apesar de as políticas públicas assegurarem a inclusão das pessoas com deficiência, realizar uma preparação do ambiente para recebê-las, disponibilizar materiais pedagógicos adequados, realizar formação continuada para o professor, ainda assim há muito a ser feito para que as pessoas deficientes sejam realmente aceitas e incluídas no meio social e educacional.

# 4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva não admite qualquer forma de segregação e exclusão do meio social e educacional, exigindo que o direito de todos seja garantido frente à sociedade de forma igualitária, independente das diferenças, tendo em vista que a diversidade é uma realidade no meio dos humanos que não pode ser ignorada.

Ainscow, (1995, p. 3), afirma que:

> A educação inclusiva é o conjunto de processos educacionais decorrentes da execução de políticas articuladas, impeditivas de qualquer forma de segregação e isolamento. Atualmente, tornou-se um dos maiores desafios do sistema educacional brasileiro.

A inclusão social vem garantir a equidade de oportunidades entre os sujeitos na tentativa de assegurar o respeito às diferenças, garantindo o acesso das crianças com necessidades especiais ao convívio social. Portanto, as pessoas com deficiência não podem ser vistas como incapazes e doentes, dessa forma, compreende-se este pensamento como sendo uma forma de justificar o preconceito, desvalorizar e excluir as pessoas simplesmente por estas terem suas limitações.

> A sociedade convive com a diferença que é encarada com normalidade. Convive-se com a diferença de estatura, de peso, de sexo, de condição social, de ocupação etc., todos somos diferentes, absolutamente. Entretanto, a diferença não deixa de ter um aspecto grandemente positivo. A diferença alegra, sugere, incita a conquista e à construção de algo diferente, possivelmente melhor ou melhorado (FELTRIN, 2007, p. 64).

Desse modo, deve-se pensar na inclusão desde a infância, pois todos os seres humanos, independentes da faixa etária, têm o direito de viverem em sociedade. Portanto, cabe à sociedade se transformar nos aspectos físicos para possibilitar a acessibilidade tanto estruturais, como tecnológicos, meio de transportes, acesso educacional, bem como o pensamento acerca da pessoa com deficiência para garantir a igualdade de direitos.

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, no ambiente físico (espaços internos e externos, equipamentos, aparelho e utensílios, mobiliários e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, portanto, do próprio portador de necessidades especiais (SASSAKI, 1997, p. 42).

Sabe-se que a Educação Inclusiva busca resgatar a dignidade humana e o respeito, assim como possibilitar o acesso à permanência e o desenvolvimento dos sujeitos em todos os aspectos visando, dessa forma, incluir estes em todos os segmentos da sociedade.

A partir deste cenário, percebe-se que o ato de incluir, quando voltada para os aspectos inerentes à Educação, estar relacionada à inclusão dos alunos com deficiência na

escola regular, considerando as diferenças e as limitações de cada um no decorrer da vida escolar. Portanto, incluir as crianças nas escolas comuns é oportunizar a educação de todos no contexto escolar. Contudo, incluir não é ignorar as dificuldades dos alunos, mas contribuir para o desenvolvimento de suas capacidades respeitando suas limitações.

Nesse sentido, Oliveira (2006, p. 11) afirma que:

> A educação inclusiva é um movimento que compreende a educação como um direito humano fundamental e base para uma sociedade mais justa e solidária. Preocupa-se em atender todas as crianças, jovens e adultos, a despeito de suas características, desvantagens ou dificuldades, e habilitar todas as escolas para o atendimento. Assim, concentra-se naqueles que têm sido mais excluídos das oportunidades educacionais.

É importante que haja uma compreensão no que se refere à Educação Inclusiva no intuito de apoiar e contribuir para o processo de inclusão educacional das pessoas com deficiência no ensino regular visando, dessa forma, assegurar o acesso, o desenvolvimento e a permanência destas no âmbito escolar.

É indispensável construir um sistema educacional inclusivo para se fazer valer o paradigma de uma educação para todos em que todos os envolvidos no processo necessitam transformar seus saberes e práticas para desempenharem seu papel com qualidade frente a esta nova realidade.

Sabe-se que a Educação Inclusiva atingiu o ápice com a Conferência Nacional de Educação Especial, em que participaram 88 países e 25 organizações internacionais, em Salamanca na Espanha, em prol de uma educação para todos.

A Declaração de Salamanca (1994) proclama que:

- Toda criança tem o direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades.

Percebe-se, que a referida declaração defende uma educação para todos, independente de suas diferenças ou deficiências. Esta, por sua vez, assegura a matrícula desses alunos na rede regular de ensino, tendo em vista a necessidade de a escola dispor de recursos que facilitem o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos. Para tanto, a instituição escolar tem que reorganizar suas propostas educacionais para atender à diversidade, colocando em prática a inclusão escolar.

Para a inclusão de pessoas com deficiência realmente acontecer é relevante que os benefícios sejam reconhecidos que esta proporciona para as pessoas e sociedade, de maneira geral, pois esta iniciativa contribui para a diminuição da discriminação e traça caminhos para

um pensamento, talvez, utópico: o da igualdade social, o que exige preparar a sociedade para acolher essas pessoas, independente de suas diferenças e capacidades.

Para Sassaki (1997, p. 41), "[...] inclusão é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais, o que significa preparar a sociedade para receber a pessoa com deficiência".

Percebe-se que tanto a escola quanto a sociedade têm de se adaptarem para receberem as pessoas com deficiência para que seja possível oferecer o mínimo de qualidade nos padrões arquitetônicos e educacionais que aquelas necessitam. Assim, a escolarização das pessoas com deficiência possibilita a valorização da diversidade e inclui os excluídos do sistema educacional oportunizando a estas pessoas uma nova perspectiva de vida perante a sociedade.

Vale ressaltar que, muitas vezes, as escolas regulares têm praticado a exclusão quando em seu sistema de ensino priorizam a homogeneidade e não a heterogeneidade deixando, assim, as crianças segregadas sem direito a aprendizagem, embora matriculadas no ensino regular, atribuindo a essa exclusão a falta de condições dessas pessoas desenvolverem suas competências e habilidades devido às diversas limitações, ou, segundo Cool et al (1995, p. 11), "[...] por apresentar algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade".

Todos os indivíduos são diferentes e apresentam deficiências, seja física, mental, intelectual, no convívio social, na linguagem ou dificuldades na aprendizagem. Portanto, não se pode excluir ou segregar as pessoas simplesmente por suas limitações às vezes incomodarem ou exigirem aperfeiçoamento da prática escolar, assim como a necessidade de melhorar as estruturas arquitetônicas da sociedade para garantir ao cidadão o direito de locomoção.

A partir deste entendimento, Mantoan (2006, p. 54) defende que:

> As situações de deficiência são vividas por todo e qualquer aluno; trata-se de um problema do meio escolar e não do aluno com deficiência. Nosso papel de pais, de professores para solucioná-lo é o de tornar a escola comum em um ambiente estimulador da capacidade de cada aprendiz e não uma instituição niveladora da aprendizagem e promotora da exclusão.
> Nesse contexto de compreensão, a inclusão tem a ver com o acesso de todos os alunos e não apenas de alguns estudantes a um mesmo mundo e sugere mudanças nos espaços físicos, nas atitudes e relações sociais. Nosso significado de acesso de todos à escola remete, pois, ao nosso entendimento da deficiência.

Por essa ótica, incluir é dar oportunidade a todos que se encontram a margem da sociedade por apresentar uma deficiência, é preparar a sociedade e a escola para recebê-los, é garantir uma educação de qualidade, é valorizar e respeitar as diferenças, romper com o olhar

preconceituoso, saber acolher as pessoas, é repensar em um currículo para a diversidade, compreender que a diversidade é uma característica da existência humana, é primar pela qualidade do desenvolvimento de todo cidadão.

Vale ressaltar que a inclusão não se resume apenas no acesso da pessoa com deficiência à rede regular de ensino, consiste também na disposição de recursos, profissionais preparados para atender à diversidade e adaptações do ambiente para garantir a qualidade do atendimento. Se essas ações não forem consideradas, a inclusão dessas crianças estará fadada ao fracasso.

A escola estará pronta para atender os alunos com deficiência quando disponibilizarem de recursos que contribuam no combate contra a discriminação e no preconceito em relação aos menos favorecidos. Desse modo, a escola estará preparada para por em prática esse novo paradigma chamado "Educação Inclusiva", proporcionando, assim, a tão sonhada educação para todos.

O grande desafio é a elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos independentemente das diferenças que apresentam, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social (RABELO, 1999, p. 20).

A Educação Inclusiva, sendo uma modalidade de educação, exige que o governo lhe dê apoio para que funcione dentro dos parâmetros legais, o que trouxe uma nova roupagem para o contexto da Educação no Brasil, uma vez que necessitou rever as políticas de ensino, a acessibilidade física e a construção de um novo olhar acerca da escolaridade das pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

Embora não seja uma tarefa fácil realizar uma educação verdadeiramente inclusiva, esta é uma realidade que não pode ser ignorada, apesar das complexidades que trazidas embutida em seu bojo. Dessa forma, é necessário o empenho de todos os envolvidos para que esta educação aconteça de forma comprometida e com qualidade, visando não somente cumprir com a legislação, mas assegurar o ingresso, a permanência e o desenvolvimento global dos alunos com deficiência nas escolas regulares.

## 4.1 A formação do professor e a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular

No contexto escolar atual a formação inicial tornou-se imprescindível para a qualidade da prática pedagógica. Nesse sentido compreende-se que a formação do professor é

relevante para a sua qualificação profissional com o intuito de que este venha a desenvolver o seu trabalho com qualidade.

Entende-se que a formação do professor é concretizada em uma dinâmica política educacional que confia aos docentes o exercício da prática educacional. Assim, faz-se necessário proporcionar a estes profissionais uma educação que contemple a formação de profissionais capacitados e que exerçam seu trabalho com autonomia.

A formação dos professores é uma preocupação do governo, haja vista que este vislumbra, por meio das diretrizes legais da educação, determinar que todo docente precisa cursar o nível superior para assumir o trabalho em sala de aula.

Desse modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 define que:

> Art. 61º Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:
> I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil, e nos ensinos fundamental e médio;
> II – trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas;
> III – trabalhadores em educação, portadores de diplomas de cursos técnico ou superior em área pedagógica ou afim (BRASIL, 1996, p.80).

Percebe-se que para lecionar na educação brasileira o docente necessita ser graduado em nível superior para vivenciar a formação propriamente dita. A partir deste cenário fica claro que a capacitação do profissional docente é indispensável para o exercício da profissão.

As exigências que a sociedade atual impõe salienta mudanças tanto no papel da escola, como instituição formadora, quanto na do professor, tornando-se ainda mais forte a necessidade de profissionais preparados para exercerem suas funções mediante ao mundo globalizado.

Desse modo, a procura por cursos de formação superior para docentes tem aumentado de forma significativa, uma vez que estes buscam estar preparados para atuar na área educacional. Portanto, a formação inicial é indispensável para o docente.

Nesse viés, Pimenta (2000, p. 17) afirma que:

> A formação inicial é o meio pelo qual se pode conferir uma habilitação legal ao exercício da docência, uma vez que, o professor não é uma atividade burocrática para qual se adquire conhecimento e habilidade técnica mecânica.

Percebe-se que a formação docente deve ser considerada um processo contínuo que possibilita ao profissional da educação construir saberes docentes fundamentais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Assim, a formação não é apenas para ter

conhecimento didático pedagógico para ensinar, mas ter a consciência de que esta vai além desse pensamento, haja vista que é nessa fase de estudo que o futuro profissional se depara com a realidade escolar através das vivências no ambiente de trabalho proporcionado pelo estágio. É nessa fase de estudo que ao se deparar com a realidade da escola será possível observar e refletir acerca das ações pedagógicas inteirando-as com a realidade do contexto da escola.

A busca por conhecimentos para atuar na docência com competência exige dos profissionais e das instituições formadoras o compromisso com a formação inicial para que os saberes construídos sirvam de respaldo para o desenvolvimento da prática pedagógica. Nóvoa (1997) afirma que a formação, de maneira nenhuma, pode se desvincular da produção do saber, e tampouco ficar alheia a uma intervenção no campo de trabalho, uma vez que as escolas não se transformam sem a dedicação e empenho dos professores.

Então, os saberes construídos devem estar ligados às perspectivas de ensino da escola cidadã e inclusiva tornando-se, dessa forma, no palco de construção de aprendizagens significativas e transformadoras. Portanto, cabe a todos os sujeitos envolvidos no processo de formação docente assumir responsabilidades com a qualidade dos saberes voltado para a educação, uma vez que esta é permeada de complexidades.

Nesse contexto, Zabala (1998, p. 29) afirma que:

> É preciso insistir que tudo quanto fazemos em aula, por menor que seja, incide em maior ou menor formação de nossos alunos. A maneira de organizar a aula, o tipo de incentivos, as expectativas que depositamos, os materiais que utilizamos, cada uma destas decisões veicula determinadas experiências educativas, e é possível que nem sempre estejam em consonância com o pensamento que temos a respeito do sentido e do papel que temos hoje em dia na educação.

Assim, o professor deve estar preparado para exercer sua função de educador mediante as novas exigências na formação dos alunos. Para tanto, o docente tem de estar apto para formar cidadãos capazes de analisar e atuar no meio em que convivem, o que torna a formação inicial não mais suficiente para suprir aos anseios desses docentes, sendo, portanto, necessário aprimorar a sua prática constantemente através da formação continuada para construir ações pedagógicas inovadoras.

Compreende-se que a formação inicial não basta para a qualidade do trabalho docente, sendo necessário um aperfeiçoamento contínuo da prática pedagógica, haja vista que a reflexão acerca da ação é relevante para o desempenho do profissional no âmbito da escola.

A busca pela formação continuada parte dos próprios profissionais que desejam aprimorar sua prática para atuar com autonomia mediante aos desafios que a educação contemporânea impõe através das transformações constantes na sociedade. Desse modo, a

procura nos últimos tempos por cursos de pós-graduação aumentou significativamente. Dessa forma, pode-se afirmar que a formação continuada acontece de modo formal.

A formação continuada deve ser entendida como um processo de aprendizagem mediante o qual alguém (professores, diretores) deve aprender algo (conhecimento, competências, disposições, atitudes), num contexto concreto (escola, universidade, centro de formação). Implica um projeto, desenvolvimento e avaliação curricular. O currículo, neste caso, refere-se à planificação, execução e avaliação de processos formativos, tendentes a melhorar a competência profissional dos professores (GARCIA, 1999, p. 193).

A formação continuada visa, através de sua formalidade, que esta deve ser compreendida como um processo de ensino intencional que busca qualificar a prática docente. Por essa ótica, a formação para alcançar seus objetivos tem que ser planejada, avaliada e reavaliada com frequência.

A preparação do professor para exercer sua profissão é contínua, pois faz parte da vida profissional buscar novos conhecimentos para enfrentar os desafios que se pode encontrar no exercício da prática em sala de aula.

Libâneo (2008, p. 227) cita que:

> A formação continuada é condição para a aprendizagem permanente e para o desenvolvimento pessoal, cultural e profissional de professores especialistas. Dessa forma, essa formação se prolonga por toda a vida, pois o conhecimento não é algo pronto e acabado, mas é constituído ao longo das vivências do profissional que busca o aprimoramento para a prática pedagógica.

Nesse cenário, o professor deve reconhecer que a busca por novos saberes faz parte de sua vida profissional, sendo este um compromisso que necessita ser assumido de forma comprometida, visando construir aprendizagens para garantir melhorias na educação e autonomia didática pedagógica. Vale ressaltar que a responsabilidade de ir em busca da formação continuada não é somente do professor, mas cabe também às instituições escolares e às autoridades responsáveis pela educação investir na qualificação do docente.

Vale ressaltar que a formação continuada também acontece de modo informal como nos encontros de professores nas escolas, nos fóruns de educação, seminários, dentre outros momentos que podem ser programados com o intuito de dialogar e refletir sobre sua prática possibilitando, assim, a troca de experiências fundamentais para a construção de novos saberes docentes.

A formação continuada prima pela capacitação do professor, para que este adquira metodologias inovadoras e construa novas aprendizagens essenciais para a efetivação de sua arte docente.

> A formação continuada é um processo que permite o aperfeiçoamento da formação inicial proporcionando a atualização contínua e consequentemente do professor. Nesse sentido, pode-se entende-la também como uma oportunidade de reflexão acerca da prática educativa por nós desenvolvidas (SANTOS, 2010 [n.p]).

Entende-se que a formação continuada reforça o pensamento de crescimento intelectual do docente devido ao fato de proporcionar a reflexão sobre a sua ação e a estimular a busca por novos conhecimentos. O professor por ser visto como transformador social frente à escola percebe a necessidade da formação contínua no decorrer da vida profissional.

Nóvoa (1995, p. 25), afirma que "[...] a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas de (re)construção de uma identidade profissional". Assim, a formação produz subsídios para uma reflexão sobre a prática, visando romper pensamentos ingênuos a respeito do conhecimento, reelaborando-o de forma crítica.

O mundo globalizado solicita profissionais com conhecimentos sociais, culturais, tecnológicos e humanos para favorecer o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para a atuação do cidadão em meio às mudanças que ocorrem na sociedade.

Para a escola desempenhar o papel de instituição social com qualidade frente às exigências da sociedade moderna, faz-se necessário uma análise crítica em relação à prática docente no âmbito da escola, das políticas educacionais, da forma como a instituição escolar é gerida e da formação continuada com o intuito de estabelecer um novo panorama no sistema educacional com o objetivo de vencer as dificuldades encontradas no decorrer do caminho para que seja possível construir atitudes inovadoras mediante as mudanças.

Romanowski (2007, p. 131) enfatiza que:

> O objeto da formação continuada é a melhoria do ensino, não apenas a do profissional. Portanto, os programas de formação continuada precisam incluir saberes científicos, críticos, didáticos, relacionais, saber fazer pedagógico e de gestão [...].

Sabe-se que as mudanças no contexto social acontecem constantemente, sendo que a escola não pode ficar alheia a essas transformações. Para tanto, é indispensável que esta se prepare para atender às reais necessidades dos alunos visando formar cidadãos capazes de interagir no meio social.

A modernidade exige mudanças, adaptações, atualizações e aperfeiçoamento. A concepção moderna de educador exige uma sólida formação científica, técnica e política, viabilizadora de uma prática pedagógica crítica e consciente da necessidade brasileira (BRZEZINSKI, 1992, p. 83).

As mudanças ocorridas na sociedade e as dificuldades que a escola enfrenta refletem sobre as práticas do docente, pois há muitas cobranças acerca dos trabalhos desenvolvidos por esta instituição, principalmente em relação ao professor que é o profissional que assume a função de ensinar os alunos. Para Romanowski (2007, p. 15) "[...] o professor é aquele que ensina e educa". Assim, este profissional desempenha um papel relevante no âmbito da escola, uma vez que é o responsável em desenvolver os trabalhos pedagógicos junto aos alunos. Portanto, o professor deve estar qualificado para exercer seu exercício docente na escola.

A partir do exposto, conclui-se que os professores no ato de seu ofício preocupam-se em construírem saberes para a construção de sua identidade profissional e para melhorar a qualidade do ensino reconhecendo a relevância de ter em mãos uma formação para o aperfeiçoamento da prática docente e a importância desta para a qualidade do ensino.

## 5 DEFICIÊNCIA FÍSICA

Entende-se por deficiência as limitações e dificuldades que as pessoas apresentam por não atenderem os padrões de normalidades exigidos pela sociedade sendo, assim, caracterizados mediante as diferenças, sejam estas físicas, mental, visual, motoras, surdas e dificuldades na aprendizagem.

Mazzota (1982, p. 14) afirma que:

> Deficiências são os impedimentos visuais, auditivos, mentais e motoras. Desta forma, há uma variedade de tipos de deficiências e também de intensidade em cada uma delas. Por esta razão, o termo deficiente quando aplicado a pessoas abrange uma gama delas, ou seja, desde a que não é suficientemente inteligente para encontrar soluções adequadas diante das dificuldades da vida diária a que tem uma leve perda de audição, até a pessoa física e mentalmente tão prejudicada que necessita de assistência em todos os aspectos de sua vida.

As deficiências nos humanos podem ser de origem que varia dá má formação do feto, sequelas adquiridas por consequência do ambiente e até mesmo pelo fator da idade da pessoa. Nesse contexto, percebe-se que existe uma variedade de deficiência que limita, muitas vezes, as pessoas portadoras destas devido ao fato de conviver frequentemente com a discriminação, preconceito e a falta de tolerância às diferenças. Assim, a inclusão das pessoas com deficiência apenas será concretizada quando a intolerância não mais existir e o respeito for estendido para todos.

A exclusão dessas pessoas tem sido reivindicada constantemente, pois esta ação os impede do convívio social e não possibilita a participação dos deficientes físicos nas atividades produzidas na comunidade restringindo-os, assim, ao acesso ao mercado de trabalho e à educação simplesmente por julgá-los incapacitados devido à sua deficiência. Descriminar alguém simplesmente por ter limitações não acrescenta em nada no crescimento da sociedade e do ser humano.

A deficiência física são limitações ou alterações que um indivíduo pode sofrer na região muscular, ortopédica ou neurológica causando a perda parcial ou total do corpo.

> Os deficientes físicos são indivíduos portadores de alterações musculares, ortopédicas, articulares e neurológicas, que necessitam de métodos, recursos didáticos e equipamentos especiais para sua educação. São exemplos de deficiências físicas: amputações, lesões medulares (paralisias), acidente vascular cerebral, poliomielite, deficiências posturais, paralisia cerebral e distrofia muscular (MAZZOTA, 1982, p. 42).

Percebe-se que a deficiência física pode ser causada por diferentes fatores, sejam eles, congênitos ou adquiridos afetando a locomoção e a coordenação motora, e em alguns casos dependendo da área afetada do cérebro podem ter dificuldade no desenvolvimento da

linguagem, leitura e escrita. Portanto, para atender essas pessoas, faz-se necessário preparar o espaço escolar e adequar o currículo para as reais necessidades desses alunos visando, assim, proporcionar a acessibilidade dessas crianças aos ambientes sociais.

A acessibilidade das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida é um direito assegurado pela Constituição Federal. Através da Emenda n° 12 a Constituição de 1967, proclamado em 10 de outubro de 1978, que em seu decreto assegura que:

> Artigo único – É assegurado aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica mediante:
> I – educação especial e gratuita;
> II – assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica do país;
> III – proibição de descriminação inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço e a salários;
> IV – possibilidades de acesso a edifícios e logradouros públicos (Brasil, 1978, p. 30).

É notório que esta emenda marca avanços na garantia de direitos das pessoas com deficiência servindo como respaldo para adaptações da infraestrutura das cidades, escolas e demais espaços físicos da sociedade, visando proporcionar a acessibilidade de locomoção para todos, independentemente de suas limitações.

É relevante fazer menção acerca da estruturação do ambiente para possibilitar a essa demanda o direito de ir e vir aos departamentos da sociedade como: escolas, igrejas, edifícios, ruas e transportes, dentre outros, tornando a vida destes o mais normal possível. Desse modo, Miranda (1998, p. 202) ressalta que "[...] os direitos são os mesmos para todos, mas, como nem todos se acham em igualdade de condições para exercê-los, é preciso que essas condições sejam criadas ou recriadas através de transformação da vida e das estruturas dentro das quais as pessoas se movem".

Portanto, é necessário estimular a autonomia e segurança das pessoas com deficiência, primando para que estes, apesar de suas limitações, possam usufruir dos mesmos direitos dos outros ditos "normais", para que possam exercer sua cidadania com dignidade. Dessa forma, é preciso tornar o espaço acessível a todos, pois as barreiras arquitetônicas não podem ser obstáculos para as pessoas com difícil mobilidade de serem incluídas no meio social.

Por essa linha de pensamento, Wernek (1997, p. 58) afirma que "[...] incluir não é um favor, mas troca. Quem sai ganhando nesta troca somos todos nós em igual medida. Conviver com as diferenças humanas é direito do cidadão, deficiente ou não". Portanto, a inclusão ainda é a ação mais adequada para eliminar o preconceito e se fazer valer o direito de todos a uma educação de qualidade na escola regular, mas isso exige a construção de um novo olhar a respeito das pessoas com deficiência física.

A escola hoje se tornou um elemento primordial para se fazer a inclusão das pessoas, pois tem como papel atender a todos que buscam a escola, incluindo as que têm deficiência mental, física, dificuldade de aprendizagem, surdas, dentre outros. Dessa forma, é necessário que as escolas se adequem para receber essa demanda com qualidade, atendendo as suas reais necessidades e preparando-os para desempenharem sua cidadania frente à sociedade.

> É importante construir critérios para a organização das salas de aulas inclusivas, considerando o número de alunos com necessidades educacionais especiais em cada sala de aula, refletindo a realidade social e observando a qualidade desse atendimento. A escola deve ser um ambiente que reflita a sociedade como ela é. Os alunos com necessidades educacionais especiais incluídos deverão ter garantido seu espaço e oportunidade (OLIVEIRA, 2006, p. 11).

Percebe-se a importância de haver uma harmonia entre os sujeitos e o ambiente para que sua inclusão e o desenvolvimento sejam garantidos. Assim como os profissionais da educação e as diretrizes curriculares devem estar preparados para atender a diversidade, os materiais pedagógicos também devem ser adaptados, uma vez que o maior desafio das pessoas com deficiência física não está em aprender, mas no desenvolvimento motor, haja vista que, muitas vezes, tem dificuldade para falar, se locomover e escrever.

Compreende-se a necessidade de equiparar as oportunidades entre as pessoas, principalmente em relação às que têm deficiência física para amenizar as dificuldades encontradas por estes em participarem dos direitos básicos da vida como saúde, trabalho, segurança, esporte, habitação e educação, tendo em vista que a sociedade deve dispor de mecanismos para acolher essa demanda, uma vez que as pessoas com deficiência já sofrem por terem suas limitações e essas tornam-se ainda mais dolorosas quando não encontram uma sociedade solidária.

É fundamental oportunizar às pessoas com deficiência o acesso à comunidade em todos os segmentos para que possam desenvolver seu potencial e usufruírem de seus direitos como cidadãos, pois todos são iguais, independente de suas diferenças. Condizente com este pensamento, Miller (2006, p. 13) afirma que "[...] a deficiência não faz ninguém menos, ela só é um limite com o qual temos que conviver".

Portanto, a deficiência física não deve ser barreira para a sua inclusão nos setores da sociedade, tampouco para a exclusão, é bem mais proveitoso promover o acesso dessas pessoas ao meio social para participarem e demonstrarem os seus dons e compartilhá-los junto à sociedade, contribuindo para o crescimento desta, haja vista que somente o convívio com os outros sujeitos pode vencer o preconceito.

# 6 A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA ESCOLA ANJO DA GUARDA

Para conhecer a realidade vivenciada pela escola municipal Anjo da Guarda, da cidade de Buriti – MA, no que se refere à inclusão de alunos com deficiência física na rede regular de ensino, realizou-se uma pesquisa de campo em que, inicialmente, fez-se um estudo bibliográfico para dar embasamento teórico a respeito do tema em estudo, posteriormente foram aplicados questionários à gestora, a professora e a uma mãe de aluno para coletar os dados necessários a respeito da escola em estudo. Vale ressaltar que, a pesquisa fora realizada no turno vespertino, horário este que atende as crianças do 1° ao 5° ano.

O objetivo dessa pesquisa é analisar a inclusão dos alunos com deficiência física na rede regular de ensino por meio da análise das informações obtidas através dos entrevistados da escola em estudo.

O referido estudo busca investigar a inclusão do deficiente físico frente à realidade escolar, visando fazer um paralelo entre a teoria e a prática, para sistematizar um resultado, o mais próximo possível, da realidade vivida.

Os resultados não pretendem julgar os trabalhos realizados pela escola, tampouco interferir na forma de incluir os alunos com deficiência física, mas busca promover reflexões a partir dos resultados obtidos para desenvolver o processo inclusivo com qualidade garantindo, dessa forma, o desenvolvimento da aprendizagem de todos, independentemente de suas limitações.

## 6.1 Metodologias da pesquisa

O presente trabalho classifica-se como pesquisa de campo, pautada em um estudo bibliográfico, caracterizando-se em uma pesquisa qualitativa. A pesquisa de campo busca investigar determinado fenômeno, diretamente onde acontecem os fatos, visando maior veracidade da realidade investigada.

Desse modo, Godoy (2005, p. 117), afirma que “[...] pesquisa de campo consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados e no registro de variáveis presumivelmente relevantes”. É importante ir ao campo de pesquisa para conhecer, de maneira mais profunda, a realidade estudada, uma vez que os resultados serão concluídos a partir dos dados colhidos no campo.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se por uma de caráter qualitativa descritiva por oportunizar ao pesquisador a interagir junto aos sujeitos possibilitando, dessa forma, a coleta direta de informações com os elementos da pesquisa.

Assim, Richardson (1999, p. 102), ressalta que:

> O objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo, está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas descritivas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno. Por esse motivo, a validade da pesquisa não se dá pelo tamanho da amostra, como na pesquisa quantitativa, mas, sim pela profundidade com que o estudo é realizado.

Nesse contexto, esse método de pesquisa busca explicar determinado fenômeno a partir de uma pequena amostra do objeto de estudo, mas com questionamentos profundos para os sujeitos da pesquisa visando coletar dados que possibilitem as informações necessárias para o esclarecimento da temática pesquisada oportunizando ao investigador expor os resultados por meio de textos descritivos.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relação variável. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este titulo, e uma das suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como questionário e observações sistemáticas (GIL, 2002, p. 48).

A pesquisa desenvolveu-se na escola municipal Anjo da Guarda no turno vespertino, na turma do 4° ano do ensino fundamental, da cidade de Buriti – MA, localizada na Rua 4 S/N, Bairro da Alto da Moderação. Foram aplicados questionários com questões abertas e fechadas para (01) gestora, (01) professora e (01) mãe, visando obter as informações necessárias a respeito da inclusão de alunos com deficiência física no ensino regular. Vale ressaltar, que a escolha dos sujeitos envolvidos na pesquisa, levou em consideração a existência de um aluno com deficiência física na escola, especificamente no 4° ano da referida escola.

Após a aplicação dos questionários realizou-se a análise e a tabulação dos dados para se chegar a um resultado a partir das informações obtidas.

## 6.2 Caracterizações do campo de pesquisa

A escola em que a pesquisa fora realizada é uma instituição pública, localizada na cidade de Buriti – MA, no bairro Alto da Moderação, atendendo as seguintes modalidades: Educação infantil, Ensino Fundamental do 1° ano ao 5° ano e EJA (Educação de Jovens e

Adultos). A Unidade Escolar Anjo da Guarda foi construída por Benedito Marques, no ano de 2008. Este utilizou um terreno doado pelo senhor Raimundo Marques para que a escola em pesquisa pudesse ser construída.

As primeiras gestoras daquele espaço educativo foram Núbia Rocha e Gisele Coelho, atualmente a escola está sobre a direção da gestora Maria da Paz Gomes de Lima.

Em conversa com a gestora atual, percebeu-se que esta percebe a escola não somente como um ambiente para aprender a ler e escrever, mas também como uma instituição acolhedora que prima pelo desenvolvimento de todos, independente das diferenças e limitações. A diretora ressaltou, ainda, que a escola não possui PPP, dessa forma, conta com orientações fornecidas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

A estrutura física da escola é composta por (04) salas de aula, (01) extenso corredor, (02) banheiros, (01) cantina e (01) secretaria que funciona também como sala para os professores.

A escola-campo atende demandas da Educação Infantil, Ensino Fundamental do 1° ao 5° e a EJA (Educação de Jovens e Adultos) nos turnos matutino, vespertino e noturno. O corpo discente é constituído por 272 alunos, sendo que deste quantitativo, encontra-se 02 com deficiência mental e 01 com deficiência física. No turno matutino tem 96 alunos de Educação Infantil e no vespertino constam 146 alunos do 1° ao 5° ano e 30 alunos no turno noturno.

O quadro de profissionais da instituição é formado por 19 funcionários distribuídos da seguinte maneira: 01 Diretora Geral, 01 agente administrativo, 04 ASGS, 03 vigias e 10 professores.

Em relação à formação do corpo docente, constatou-se que 09 professores são graduados e especializados em áreas diferentes e apenas 01 possui apenas o magistério. Portanto, nota-se que os professores da escola estão aptos e qualificados para desempenharem suas funções em sala de aula.

De acordo com as informações coletadas, a maioria das famílias dos alunos atendidos por esta unidade escolar é de baixa renda e participam pouco da vida escolar dos filhos, sendo que essa falta de acompanhamento dos filhos na escola, algumas vezes, dificulta o trabalho desempenhado por esta.

### 6.3 Análise dos dados da pesquisa

Apresenta-se a análise e a compreensão das informações obtidas por meio dos dados coletados na entrevista da gestora, professora e mãe de aluno, visando reflexão a respeito da inclusão dos alunos com deficiência física no ensino regular. As questões propostas nos questionários possibilitam a discussão e a averiguação da inclusão da demanda em foco facilitando, assim, a interpretação dos resultados. Vale ressaltar que as respostas de todos os entrevistados serão apresentadas de maneira fidedigna. Na sequência, serão realizadas as análises e estas deverão estar fundamentadas quando necessárias.

#### 6.3.1 Gestora

Inicialmente, questionou-se à gestora quanto a existência de alunos com deficiência física matriculados na escola no ensino regular, esta respondeu que *sim*, que a escola já atende esses alunos. Sabe-se que a escola regular deve matricular todos os alunos, independentes de suas deficiências e limitações, haja vista que essa instituição de ensino tem como papel desenvolver a aprendizagem não só de alguns, mas de todos que buscam a escola.

Nesse contexto, Vygotsky (1995, p. 12) afirma que:

> Os princípios do desenvolvimento humano são os mesmos para todos os sujeitos. Todo ser humano é educável. Todas as crianças devem ser educadas. Pois, todo ser humano é capaz de aprender e conviver junto com outras pessoas, isso é uma questão que define a dignidade humana.

A inclusão educacional é uma política que busca garantir a educação escolar de todos sem excluir ninguém. Esta busca, com essa prática, eliminar qualquer tipo de discriminação e desrespeito às diferenças, pois todos têm os mesmos direitos perante a sociedade.

Perguntou-se à gestora se há diálogo com a escola e a comunidade a respeito da inclusão. A gestora afirmou que *sim*, que há um diálogo entre todos que fazem a escola para refletirem acerca da inclusão buscando conhecer, ainda mais, o processo da Educação Inclusiva e sua importância para o desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Na sequência, fora perguntado se na escola em que esta trabalha havia alunos, com deficiência física, matriculados. A entrevistada respondeu que *sim*, que existem alunos com deficiência física matriculados naquela escola.

O artigo 208 da Constituição Federal de 1988 prevê: "[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1988, p. 24).

Assim, entende-se que a pessoa com deficiência não pode ser excluída ou segregada do convívio social simplesmente por ter suas limitações e dificuldades, e, tampouco, ter sua capacidade de desenvolvimento julgada, ou ser vítima de preconceito por ser diferente. As escolas e a sociedade têm que acreditar no potencial de seus alunos e respeitá-los garantindo, assim, sua locomoção e aprendizagem no âmbito escolar.

Questionou-se, também, se a escola está preparada, quanto aos aspectos físicos, para atender os alunos com deficiência de difícil mobilidade. Esta respondeu que a escola *não* possui estrutura física para receber alunos com deficiência.

Com base na resposta da gestora da escola em estudo, percebe-se que aquela unidade de ensino não está adaptada fisicamente para receber alunos com deficiência física, pois todas as escolas devem eliminar as barreiras que impedem o acesso dos deficientes físicos.

> As barreiras arquitetônicas são os maiores empecilhos para as pessoas com necessidades educacionais especiais – deficiência física, que fazem uso de cadeiras com rodas, bengalas ou muletas para se locomoverem. Não apenas dificultam, mas, muitas vezes, impedem completamente sua inserção na sociedade. Tais barreiras nem sempre são voluntárias, mas sem dúvida, são fruto do imenso descaso e da não obediência às leis vigentes (BRASIL, 2006, p. 3).

Tanto a sociedade quanto a escola têm que fazer as adaptações necessárias para garantir o acesso do deficiente físico para que sua inclusão seja feita com qualidade. Portanto, faz-se necessário adaptar os banheiros, construir rampas, colocar portas mais largas, dispor de mobiliários adequados, dentre outras providencias que devem ser tomadas para garantir melhor comodidade para essas pessoas, para que estas sejam livres e possam se movimentar sem serem dependes de outros para exercer suas tarefas diárias. Mas, para realizar todas essas mudanças é necessário que o governo envie recursos financeiros para as escolas fazerem os ajustes necessários na estrutura arquitetônicas da escola.

É importante que a inclusão dos deficientes aconteça da forma correta para contribuir na qualificação da pessoa com deficiência para o mercado de trabalho e outras atividades para a qual se propor, haja vista que o deficiente físico não quer ser um fardo para a sociedade, pelo contrário, este almeja conquistar sua independência.

Também fora indagado à gestora se esta conhece as leis que garantem a inclusão dos alunos com deficiência na Rede Regular de Ensino. A entrevista mostrou-se firme ao responder que conhece essas leis.

Questionou-se à gestora se a escola promove formação continuada para os professores a respeito da inclusão de alunos com deficiência. A entrevistada respondeu que *sim* e que esta atividade acontece em parceria com a Secretaria de Educação. Entende-se que a

formação continuada dos professores é fundamental para aperfeiçoar a prática docente visando atuar com qualidade mediante a inclusão das crianças com deficiência no ensino regular.

Nesse cenário, Glat e Nogueira (2002, p. 25) ressaltam que:

> Deve-se assegurar a oferta de uma formação que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir para o aprimoramento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças existentes entre seus alunos.

Nessa perspectiva, o docente aprimora seus conhecimentos para atuar no âmbito da escola e contribuir no desenvolvimento da aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas limitações. Os novos tempos exigem do profissional da educação saberes que sirvam como base para melhorar o atendimento dos alunos com deficiência e, consequentemente, sua aprendizagem. Com a proposta de uma Educação Inclusiva, os profissionais precisam estar preparados para atuarem frente a esse novo desafio, sendo a formação continuada do professor indispensável nesse processo.

Fora questionado, ainda, se a escola-campo dispõe de materiais pedagógicos adequados para atender aos alunos com deficiência física. A gestora novamente mostrou-se firme ao responder que a escola *não* possui nenhum tipo de recurso adaptado, principalmente para as crianças com movimentos mais comprometidos.

Para receber alunos com deficiência física e garantir seu desenvolvimento é necessário não apenas sanar as barreiras arquitetônicas e adequar o mobiliário, é essencial dispor de materiais pedagógicos adaptados para possibilitar ao aluno com os movimentos mais comprometidos ou com paralisia cerebral o manuseio dos materiais didáticos que contribuem para a aprendizagem.

> De acordo com a limitação física apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação buscando viabilizar a participação do aluno nas situações prática vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possa aperfeiçoar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida (BRASIL, 2006, p. 29).

Assim, com os materiais pedagógicos adaptados, os alunos com dificuldades na coordenação motora podem participar ativamente da aula criando novas maneiras para avançar na sua escolaridade. Portanto, o ambiente escolar deve criar possibilidades para favorecer o crescimento intelectual do aluno.

### 6.3.2 Professora

Entrevistou-se também uma professora no intuito de comparar as respostas dadas pela gestora e averiguar se há alguma incoerência entre suas falas. O objetivo desta prática fora utilizado para que se pudesse conhecer a realidade vivenciada por aquela escola.

Perguntou-se à professora se aquela possuía conhecimento das leis que garantem a inclusão de alunos com deficiência na Rede Regular de Ensino. A docente respondeu que *sim*, que conhece essas leis.

Questionou-se a respeito da inclusão dos alunos com deficiência física no ensino regular. A entrevistada respondeu que esses alunos deveriam dispor de um espaço criado especialmente para eles com profissionais formados na área para melhor atendê-los. Nesse momento, verifica-se que há uma contradição nas respostas das duas entrevistas. Anteriormente, a professora diz conhecer as leis de inclusão que garantem a matrícula dos no ensino regular, mas ao ser indagada sobre a inclusão dos discentes nas salas comuns, relata que deveriam estar em uma sala exclusiva para eles com profissionais especializados. Segundo a professora, esta ação iria favorecê-los de forma mais eficaz.

Sabe-se que a inclusão é uma política que faz parte do cotidiano escolar. Portanto, os alunos com deficiência não podem ser segregados em salas isoladas simplesmente por terem suas limitações psicológicas, intelectual ou física, uma vez que a Constituição Federal de 1998 prevê "[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1998, p. 24).

Por esse pensamento, os alunos com deficiência devem receber atendimento escolar especializado nas salas comuns junto com os outros alunos, uma vez que estes não podem ser excluídos do convívio social ou terem seus direitos educacionais negados somente por apresentarem limitações. Contudo, não é o aluno que deve se adequar à escola, mas sim, esta instituição que tem de estar preparada para atender a diversidade**.**

Nesse contexto, o artigo 3° da Declaração Mundial de Educação para Todos 1990 também trata da universalização do acesso à educação e do princípio de equidade aos alunos com deficiência, ressaltando que as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiência requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte do sistema educativo (BRASIL, 1990, p. 4).

Fora indagado à professora se a formação que esta possui é suficiente para atender os alunos com deficiência física. A entrevistada respondeu que até o momento não possui

formação na área, pois tem apenas o magistério. Mas ressalta que isso não a impede de atender uma criança com deficiência na sala de aula.

A formação no magistério pode não trazer consigo tantos conhecimentos sobre a inclusão dos alunos com deficiência, mas isso não pode se tornar justificativa para não se sentir capaz de atendê-los. Cabe à escola e às secretarias de educação proporcionar a qualificação dos profissionais da educação para exercerem uma prática com qualidade acreditando que, "[...] a preparação de todo o pessoal que constitui a educação, como fator chave para a promoção e progresso das escolas inclusivas" (SALAMANCA, 1994, p. 27).

É necessário que o docente esteja preparado para melhor atender aos alunos com deficiência, para que realmente haja o progresso escolar dessas crianças, tornando-os capazes de participarem da vida social e do mercado de trabalho sem conviverem com o preconceito.

Perguntou-se também se a docente já havia participado de alguma formação continuada na área de Educação Inclusiva nos últimos anos. Esta mostrou-se firme em responder que *sim*, que participou de formação continuada recentemente, mas não voltada para a Educação Inclusiva.

A formação continuada deve proporcionar a reflexão sobre a prática, para que o docente exponha suas angústias, anseios e expectativas mediante as novas exigências da sociedade e que da troca de experiências com os outros professores construa saberes relevantes para a práxis.

Nesse pensamento, Nóvoa (1995, p. 25) destaca que:

> A formação não se constrói por acumulação de (cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas de (re) construção permanente de uma identidade pessoal.

Então, essa formação se concretiza com a dialógica entre todos os profissionais para compreender determinadas problemáticas e construírem conhecimentos significativos para a vida profissional. Contudo, a formação continuada é fundamental para o aprimoramento da prática e serve como respaldo frente às novas exigências da sociedade.

Fora questionado à professora se a escola em que trabalha está adaptada fisicamente para promover acessibilidade dos alunos com deficiência física. A docente respondeu que *não*, a escola não está adaptada, dessa forma, sua resposta está coerente com a da gestora da escola.

Embora as políticas públicas assegurem a adaptação do espaço físico da escola, essa ainda não se encontra dentro dos padrões exigidos.

Por fim questionou-se à docente se os materiais pedagógicos disponibilizados pela escola são adequados para atender às necessidades de todos os alunos. A entrevistada

respondeu que a escola não dispõe de materiais adequados para trabalhar com esses alunos, apesar de que é dever da escola adaptar os materiais pedagógicos para os alunos de difícil mobilidade, principalmente quando tem a coordenação motora superior comprometida.

Com o intuito aprofundar os conhecimentos acerca da realidade do campo de pesquisa, entrevistou-se a mãe de um aluno que possui deficiência física e encontra-se matriculado na referida escola.

### 6.3.3 Mãe

Inicialmente, questionou-se à mãe se a escola onde seu filho estuda tem crianças com deficiência física matriculada, ela respondeu que *sim*, que a escola já atende a crianças com deficiência no ensino regular.

Consciente que as políticas de inclusão asseguram a frequência do aluno com deficiência física nas classes comuns e por acreditar na importância do processo inclusivo para o desenvolvimento dos alunos, a entrevistada afirma a matrícula da criança na escola regular.

Questionou-se, ainda, se aquela sabe o que viria a ser Educação Inclusiva. A entrevistada respondeu que *sim*.

Posteriormente, indagou-se àquela se conhecia as leis que garantem a inclusão dos alunos com deficiência na Rede Regular de Ensino. A entrevistada mostrou-se firme ao responder que *sim*, que tem conhecimento dessas leis.

Fora perguntado à entrevistada se a inclusão dos alunos com deficiência nas classes comuns contribui para o desenvolvimento das crianças deficientes, a mãe respondeu que *sim*, que a inclusão é relevante para o desenvolvimento desses alunos.

Percebe-se, que a escola pesquisada vem pondo em prática a inclusão de alunos com deficiência física nas classes regulares, apesar de que essa inclusão ainda não acontece de acordo com as propostas dessa política. Para proporcionar um ensino de qualidade a essa demanda, faz-se necessário mudanças nos aspectos físicos, pedagógicos, nas concepções e posturas mediante a nova política educacional. Assim, a educação acontecerá com qualidade e para todos.

## 7 CONCLUSÃO

A educação inclusiva é uma política educacional considerada de fundamental importância na busca pela eliminação de qualquer tipo de preconceito e exclusão. Essa política considera a educação um direito humano fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Preocupa-se em atender a todos os alunos, independentes de suas deficiências e limitações, visando possibilitar maiores oportunidades, principalmente aos menos favorecidos.

O atendimento educacional dos alunos deve acontecer preferencialmente no ensino regular junto com os outros alunos ditos "normais".

A convivência dos alunos com deficiência física com outros alunos contribui tanto para o desenvolvimento intelectual como no entendimento do grupo a respeito das diferenças, visando eliminar os olhares preconceituosos e construir uma sociedade que reconhece e respeita a diversidade.

Para a inclusão educacional acontecer é necessário habilitar todas as escolas, assim como, preparar os profissionais da educação, adaptar a estrutura arquitetônica e os materiais pedagógicos de acordo com as dificuldades dos alunos, organizar as salas de aulas inclusivas para atender com qualidade, uma vez que não é somente garantir o acesso desses alunos no ensino regular, mas também assegurar a permanência e o desenvolvimento da aprendizagem.

A Educação Inclusiva reconhece as especificidades de cada um, assim como suas potencialidades e limitações, necessitando, para tanto, de profissionais capacitados para atender a todos que buscam a escola. É evidente a necessidade de reformulação no projeto político pedagógico das diretrizes curriculares e a construção de um sistema educacional inclusivo para formar cidadãos aptos a conviverem em sociedade e independentes.

A inclusão de crianças com deficiência física no ensino regular depende dos olhares construídos mediante as limitações e do respeito que se tem acerca das diferenças. É importante enfatizar que o professor deve promover o desenvolvimento de todos que buscam a escola, independente de suas deficiências primando, dessa forma, pela formação de sujeitos autônomos, capazes de atuar no meio social.

A pesquisa fora realizada na escola municipal Anjo da Guarda, localizada na zona urbana do município de Buriti, onde se observou em meio aos dados coletados que a inclusão na referida escola está acontecendo, mas apresenta falhas na forma de incluir os alunos com deficiência física na escola regular. Percebe-se ainda que há professores que não acreditam no

desenvolvimento desses alunos nas classes comuns, como também a falta do Projeto Político Pedagógico para nortear as práticas desenvolvidas na escola, as adaptações necessárias na escola para facilitar a locomoção do deficiente físico como: portas largas, mobiliários e banheiros adaptados e as rampas para facilitar a locomoção destes ainda não foram feitas, os materiais pedagógicos inadequados para trabalhar com o deficiente físico que tem a coordenação motora comprometida, o despreparo dos professores frente a política de inclusão.

Percebe-se ainda a falta de investimento na escola por parte das autoridades para melhorar a estrutura física e pedagógica e a ausência de educação especializada na própria escola para os alunos com maior dificuldade. Mas, apesar das falhas, a escola busca compreender essa política para melhorar o atendimento desses alunos no ensino regular e desenvolver a aprendizagem de todos os alunos.

Diante dos resultados expostos, conclui-se que as crianças com deficiência física estão sendo matriculadas na escola, mas a qualidade não é a exigida pelas políticas educacionais devido à fragilidade da prática pedagógica, a falta de estrutura física, materiais pedagógicos não adaptados e a descredibilidade por parte de alguns funcionários acerca da inclusão dos alunos com deficiência nas classes comuns, além da formação continuada não sistematizada, sendo esse resultado condizente com os estudos feitos no estagio da arte, onde destaca a necessidade de melhorar a estrutura física e pedagógica para conquistar a qualidade no atendimento dessa demanda, visando construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Mediante as falhas encontradas na escola pesquisada, sugerem-se as seguintes propostas visando melhorias na inclusão das crianças com deficiência física no ensino regular da referida instituição de ensino:

- A construção do Projeto Político Pedagógico;
- Promover formação continuada aos professores voltada para a inclusão de pessoas com deficiência e sua importância no desenvolvimento destes;
- Investimentos financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de Educação Inclusiva;
- Adaptar a estrutura arquitetônica da escola;
- Adaptar os materiais pedagógicos de acordo com as necessidades dos alunos.

Portanto, as propostas sugeridas visam melhorar a qualidade do atendimento das crianças com deficiência física no ensino regular para que esta possa conquistar um patamar de educação para todos e de qualidade. É importante ressaltar que em nenhum momento essas

sugestões estão sendo imposta à escola, são apenas propostas que cabe à unidade escolar avaliar se são relevantes ou não para o desempenho dos trabalhos que esta já desenvolve.

# REFERÊNCIAS


AINSCOW, Madrid. **Necessidades educativas especiais.** São Paulo: Narcea, 1995.

AMARAL, Lígia A. **Histórias da exclusão – e de inclusão?** – na escola pública. Educação especial em debate. São Paulo, Casa do Psicólogo, 1997.

BRASIL. **Decreto n° 6.571/2008.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF: MEC/SEES, 2008.

_____. **Decreto nº 6.571/2008**. Dispõe sobre o atendimento Educacional Especializado, regulamenta o parágrafo único do artigo 60 da lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e acrescenta dispositivo ao decreto n°6.253, de 13 de novembro de 2007. Diário oficial da União, Brasília, DF, 18 de setembro de 2008.

_____.**Constituição Federal da República do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 20 dez. 1996.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente, **Lei Federal 8. 069 de 18 de junho de 1990.** Brasília: Centro gráfico de Senado, 1990.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazeras necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília:** UNESCO, 1994.

_____. **Resolução 04, Atendimento Educacional Especializado**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, DF: MEC/ SEGS, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 7.853. Brasília:** DF, de 24 de outubro de 1989.

_____. **Lei n° 7.853, de 24 de outubro de 1999.** Brasília: DF, Centro gráfico de senado, 1999.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a educação Especial na Educação Básica.** Secretaria de Educação Especial- MEC/ SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Recursos pedagógicos adaptados**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação e Especial. Brasília, DF: 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais- Deficiência física**. Brasília-DF: 2006.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2011-2020.** Brasília- DF: 2011.

_____.**Constituição Federal da República do Brasil**. Brasília: DF, 1978.

BRZEZINSKI, Iria. **Avaliação da licenciatura em Pedagogia**: relato de um processo. Goiânia: UCG (mimeo), 1992.

COLL, César. PALACIOS, Jesus & MARCHESI, Álvaro (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação:** necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre; Artes Médicas, 1995.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris.** 10 dez. 1948. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wpcontent/uploads/2014/12/dudh.pdf>.Acesso em: 26 jun. 2016.

FELTRIN, Antônio Efro. **Inclusão social na escola:** quando a pedagogia se encontra com a diferença. São Paulo: Paulinas, 2007.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo.; e GUIMARÃES, Marly. **Educação inclusiva.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GLAT, Rosana e NOGUIRA, Márcio Lúcio de Lima. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. In: **Revista Integração.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, ano 14, n° 24, 2002.

GARCIA, Carlos Marcelo. **Formação de professores para uma mudança educativa**. Porto: Porto Editora, 1999.

GODOY, Arailda Schmidt. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades.** São Paulo: Era, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão escolar:** teoria e prática. Goiânia: MF livros, 2008.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. Coimbra: Coimbra, 1998.

MULLER, Iara. As pessoas em primeiro lugar. **Revista Mundo Jovem**. 363 ed. Fevereiro, 2006.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Fundamentos da Educação Especial. São Paulo:** Livraria Pioneira Editora, 1982.

_____. Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão escolar In: Valéria Amorin Arantes (org.) **Inclusão escolar.** 4° ed. São Paulo, Summus, 2006.

NOVÓA, Antônio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

_____.Antônio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

OLIVEIRA, Edjôfre Coelho de. Educação inclusiva: o direito à diferença. **Revista Mundo Jovem**. 363 ed. Fevereiro, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente.** São Paulo: Cortez, 2000.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental:** da superstição à ciência. São Paulo: T.A Queiroz/EDUSP, 1984.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Formação e profissionalização docente**. Curitiba: Ibpex, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RABELO, Annete Scotti. Adaptação Curricular na Inclusão. **Revista Integração.** Secretaria de Educação Especial do MEC. Ano 9, n°21, 1999.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão.** Rio de Jneiro: WVA, 1997.

SILVA, Ezequiel Sales. **Nova LDB comentada**: atualizada com questões de concursos. São Paulo: Visão Global Editorial, 2013.

SANTOS, Maria do Carmo M. Dantas. **Discutindo a educação no contexto atual.** Postado em: 2010. Disponível em: <http.www.recantodasletras.com.br/artigos/1110617. Acessado em: 22 de maio de 2017.

SALAMANCA. **Declaração de Salamanca**: necessidades educativas especiais- NEE In: Conferência Mundial sobre NEE: Acesso em Qualidade- UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.

VIGOTSKY, L. **Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: W VA, 1997.

XAVIER, Amanda Vanessa Oliveira. **A inclusão da pessoa com deficiência na escola regular**. Disponível em: http/www.arcos.br/artigos/a-inclusão-da-pessoa-com-deficiencia-na-escola-regular. Publicado em 2012. Acessado em: 2017.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa:** como ensinar. trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

# APÊNDICES

APÊNDICE A- Questionário para a Gestora

FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA-FAP

1.Existem alunos matriculados na escola com deficiência física no ensino regular?

( ) Sim ( ) Não

2.Há um diálogo entre a escola e a comunidade a respeito da inclusão?

( ) Sim ( ) não ( ) Às vezes

3. Na escola em que você trabalha existem alunos com deficiência física matriculados?

( ) Sim ( ) Não

4. A escola está preparada nos aspectos físicos para atender os alunos com deficiência de difícil mobilidade?

_____

_____

5.Você conhece as leis que garantem a inclusão dos alunos com deficiência na Rede Regular de Ensino?

_____

_____

6.A escola promove formação continuada para os professores a respeito da inclusão de alunos com deficiência?

_____

_____

_____

7. A escola dispõe de materiais pedagógicos adequados para atender os alunos com deficiência física?

_____

_____

_____

APÊNDICE B– Questionário para a professora

FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA-FAP

Área de formação_____ tempo de serviço_____

1. Você conhece as leis que garantem a inclusão de alunos com deficiência na Rede Regular de Ensino?

( ) Sim ( ) Não

2.Qual a sua concepção a respeito da inclusão dos alunos com deficiência física no ensino regular?

_____

_____

3. Em sua opinião, a formação que você tem é suficiente para atender aos alunos com deficiência física?

_____

_____

4.Você participou de alguma formação continuada na área de Educação inclusiva nos últimos anos?

_____

_____

5. Existem alunos com deficiência física matriculados na sua sala de aula?

( ) Sim ( ) Não

6.A escola em que você trabalha está adaptada fisicamente para promover a acessibilidade dos alunos com deficiência física?

( ) Sim ( ) Não

7. Os materiais pedagógicos disponibilizados pela escola são adequados para atender às necessidades de todos os alunos?

APÊNDICES C- Questionário para a mãe

FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA – FAP

1.Na escola onde seu filho (a) estuda, tem crianças com deficiência física matriculadas?

( ) Sim ( ) Não

2. Você sabe o que é Educação Inclusiva?

( ) Sim ( ) Não

3.Você conhece as leis que garantem a inclusão dos alunos com deficiência na Rede Regular de Ensino?

( ) Sim ( ) Não

4.Na sua concepção, a inclusão dos alunos com deficiência nas classes comuns contribui para o seu desenvolvimento?

( ) Sim ( ) Não

5.A escola em que seu filho (a) estuda você percebe a existência de adaptações nos aspectos físicos e pedagógicos para atender os alunos com deficiência física?

( ) Sim ( ) Não